



**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Muito boa tarde a todos os companheiros.

Convido os senhores a tomarem os seus respectivos assentos nas bancadas. Solicito às Sras e Srs. Senadores, Deputadas e Deputados que se posicionem. Solicito, igualmente, a compreensão física, dado o diminuto espaço que temos para uma reunião tão importante. Nós vamos precisar de silêncio para poder tocar esta reunião dentro da eficácia que desejamos. Conto com a compreensão de todos os companheiros, dos funcionários do Judiciário, do Ministério Público da União, que estão presentes. Sejam todos muito bem-vindos, senhores jornalistas, senhores assessores.

São 14h57min, declaro iniciada a terceira reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos e Fiscalização. Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir a Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Míriam Aparecida Belchior, que irá discorrer sobre a proposta orçamentária para 2012, Projeto de Lei nº 28, de 2011-CN, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o projeto de lei que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício do 2012. Ao mesmo tempo, também falará sobre o Plano Plurianual de 2012-2015, Projeto de Lei nº 29, de 2011, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012-2015. Tenho a honra de recebê-la e já a convido para compor a Mesa.

Seja muito bem-vinda, Ministra. É uma alegria estar novamente com a senhora nesta Casa.

Convido também para compor a Mesa a Sra. Célia Corrêa, Secretária de Orçamento Federal; o Relator de Receita, Acir Gurgacz, que está chegando; o Relator-Geral, Deputado Arlindo Chinaglia, que já se encontra ao meu lado, e o Relator do PPA, Senador Walter Pinheiro.

Para melhor ordenamento dos nossos trabalhos, comunico, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X do Regimento Interno do Senado, que a palestrante disporá de 30 minutos para fazer a sua exposição, sem apartes.

Conforme o estipulado no art. 398, do inciso X do Regimento Interno do Senado, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar a expositora poderão fazê-lo



estritamente sobre o assunto da exposição, no prazo de 5 minutos, tendo a interpelada igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica.

Nós definimos que teremos dois grandes blocos depois da exposição da Ministra: o primeiro será o dos Relatores, que precedem no uso da palavra, e o segundo será o dos Srs. Parlamentares, que vamos dividir em diversas etapas para compactá-las.

Eu quero convidar, numa atenção toda especial ao seu trabalho, o Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias para compor a Mesa, meu queridíssimo...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra a Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Miriam Belchior.

**A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR** - Boa tarde, meu querido Senador Vital do Rêgo, Presidente da CMO; Senador Walter Pinheiro, Relator do Plano Plurianual; ex-Presidente da Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia, Relator-Geral do Orçamento. Ao cumprimentar o Deputado Márcio Reinaldo Moreira, que foi o nosso Relator da LDO, cumprimento a todos os demais Parlamentares dos dois gêneros; senhoras e senhores, jornalistas, servidores.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Estamos aqui hoje para cumprir o requisito de realizar audiência pública tanto em relação ao Plano Plurianual quanto em relação ao Projeto de Lei Orçamentária de 2012.

Este é um ano diferente, porque todos os anos temos Orçamento, mas, no primeiro ano de cada Governo, temos também o Plano Plurianual. Certamente vou me estender um pouco mais porque quero fazer uma apresentação global dos dois. É sintética mas abrange os dois projetos enviados ao Congresso no último dia 31.

Dividido entre o PPA e o PLOA, vamos começar, então, com o PPA 2012-2015, em que eu devo dividir aqui em dois grandes blocos. O primeiro deles: os avanços do novo modelo e os grandes números do PPA.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que a entrega do novo PPA, que será relatado aqui neste Congresso Nacional pelo Senador Walter Pinheiro, traz inovações em relação aos planos anteriores. Ele é, portanto, reflexo desses planos e



um aperfeiçoamento deles. Todos sabemos a importância do Plano Plurianual ao expressar as grandes prioridades para os próximos 4 anos.

Portanto, a peça que foi enviada ao Congresso Nacional, no último dia 31, traz inovações que nós consideramos importantes, e vou apresentá-las agora, para tornar o PPA, cada vez mais, um instrumento de gestão interna do Governo, de acompanhamento da sociedade e também do Legislativo.

O PPA apresentado consolida uma visão estratégica, participativa e territorializada do planejamento governamental. O PPA parte de uma visão de futuro, de cenários do que vai acontecer, no próximo período, no País, propõe valores que devem ser seguidos pela administração pública federal e permite a participação da sociedade. Permitiu isso na sua elaboração — vou falar mais disso adiante — e o permitirá, na sequência, através do seu acompanhamento da execução do Plano Plurianual.

Outra questão muito importante para nós é o plano valorizar a adversidade do País e territorializar, vamos falar mais disso também, as ações governamentais, como cada uma das ações se desdobram em território brasileiro.

Ele, portanto, define as políticas públicas a serem desenvolvidas no próximo período, próximos 4 anos, e reflete os compromissos que a Presidenta Dilma Rousseff fez durante o período eleitoral. Então, aquilo que foi compromisso de campanha está expresso no Plano Plurianual.

A grande novidade do Plano Plurianual é mudar o foco da gestão pública. Mudar o foco das minhas ações no meu Ministério, mudar o foco do volume de insumos que eu preciso usar nas ações para a pergunta: o que eu vou entregar à sociedade? Este é o grande mote da mudança que nós estamos propondo no Plano Plurianual: torná-lo, cada vez mais, um reflexo do que deve ser entregue à sociedade brasileira nas várias políticas públicas.

Então, todo o nosso esforço, no âmbito da Esplanada, foi trabalhar com os Ministérios, para que eles expressassem como cada uma dessas políticas públicas chega ao cidadão, permitindo, com isso, trabalharmos melhor as transversalidades.

Nos últimos anos, temos feito um esforço importante para trabalhar matricialmente e intersetorialmente, para enfrentar problemas que têm esse caráter de envolvimento de várias políticas públicas. Eu acho que o combate à miséria é um



dos exemplos da necessidade de compor várias políticas públicas ao mesmo tempo. E esse PPA alavanca, facilita ainda mais enxergarmos o problema do ponto de vista intersetorial, essa transversalidade.

Como eu disse, cada área mostra, no PPA, quais os benefícios das políticas para o cidadão. Uma coisa muito importante: o PPA para de flertar em ser uma peça orçamentária; ele deixa esse caráter um pouco orçamentário que ainda tinha, para ser, de fato, o Plano, o balizamento para a execução. Orçamento a gente tem todo ano; o Plano Plurianual não precisa e nem deve cumprir esse papel.

Ele trata também — uma inovação importante — da pactuação federativa de cada política, ou seja, o que é responsabilidade do Governo Federal e o que é responsabilidade dos demais entes governamentais da Federação.

Já falei da transversalidade, mas, ao estabelecer metas concretas para a sociedade, ele se torna um instrumento mais fácil, mais amigável, como dizemos na informática, para ser acompanhado e monitorado pela sociedade.

Concluindo essa lógica do que são essas vantagens, o PPA passa a mostrar, por meio das iniciativas e metas que vamos ver já a seguir, o que vai ser feito nos próximos 4 anos.

Anteriormente, os programas refletiam a estrutura de um Ministério, então, acabava que havia programas de inclusão digital em vários Ministérios. Nós demos uma enxugada nisso e tiramos essas superposições para que pudesse haver uma ação mais coesa de Governo e intersetorial.

Então, nós saímos dessa lógica institucional de programas de um Ministério, do tipo *“Este programa é meu”*, o que dificultava a visão transversal, e também tiramos esse viés orçamentário de um instrumento de gestão que é eminentemente de planejamento.

Além disso, as iniciativas e metas expressam resultados para a sociedade, maior transparência, como eu disse, e maior possibilidade de monitoramento.

Desse ponto de vista, o PPA tem condição — essa é a nossa aposta — de se tornar um importante instrumento de gestão interna e ganhar mais importância do que já tem para a gestão dos Ministérios, um instrumento que cada Ministro tem para fazer o monitoramento das suas ações, avaliar o alcance do resultado das suas ações.



Ele também é importante externamente, por permitir que a sociedade acompanhe a sua execução.

Com isso, nós separamos, com clareza, o que é a tarefa do PPA e o que é a tarefa do Orçamento. O Orçamento é o detalhamento do gasto, é o detalhamento do Plano. A partir do Orçamento, fazemos também um monitoramento da execução orçamentária, mas fazemos uma distinção clara entre esses dois instrumentos do ciclo de planejamento.

Para fazer o PPA, nós contamos com a participação da sociedade civil organizada e também de Estados e Municípios. Nós fizemos a discussão sobre o PPA em 34 conselhos nacionais — de saúde, assistência, transporte, criança e adolescente, enfim, todos os conselhos nacionais de políticas públicas. No âmbito do conselho, foi feita uma discussão temática, ou seja, lá no conselho de saúde, eles discutiram a lógica de saúde.

Depois, nós fizemos um grande seminário com 300 representantes desses conselhos, para fazer a discussão global do PPA não só com um olhar setorial, que foi feito nos conselhos, mas com um olhar global e também um olhar territorial.

O seminário foi em 2 dias. No primeiro dia, discutiu-se a lógica geral do PPA; e, no segundo dia, dividiu-se pelas cinco macrorregiões do País e foram discutidos o desdobramento, essa territorialização das ações no Plano.

Além disso, houve discussão a respeito do Plano no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Conselho, e nós fizemos cinco grandes seminários nas quatro macrorregiões do País, com as representações dos governos dos Estados, em geral dos secretários de planejamento, e com representações das associações municipalistas.

Quanto à participação de representantes, não se pode fazer com 5.500 Municípios, mas houve representação das associações municipalistas, exatamente para também haver o olhar dos outros entes federados, Estados e Municípios, e, especialmente, visão de território.

O PPA está estruturado, como os senhores veem aqui, numa dimensão estratégica e, depois, mais na sua parte de planejamento mesmo, de quais são os programas e de quais são os objetivos, metas, e iniciativas de que cada um desses programas se compõe.



A dimensão estratégica está composta de uma visão de futuro a partir da construção de cenários que nós fizemos, com os valores que vão orientar a administração pública federal, e 11 macrodesafios.

Aqui nós temos qual a visão de futuro que preside o PPA. O Brasil será um país reconhecido por:

- Desenvolvimento sustentável;
- Igualdade regional e igualdade social;
- Educação de qualidade com produção de conhecimento e inovação tecnológica;
- Sustentabilidade ambiental; e
- Ser uma nação democrática e soberana, que defende os direitos humanos, a liberdade, a paz e o desenvolvimento no mundo.

Para construir o PPA, nós discutimos cenários de diversas áreas. Eu queria aqui destacar aqui alguns deles para os senhores. O primeiro deles, queria apresentar duas informações a respeito do cenário social, de como será, no próximo período, a situação social do nosso País.

Em primeiro lugar, nós estamos vivendo, a partir desses últimos anos, essa caixa amarela que os senhores estão vendo no eslaide. Talvez esteja muito longe ou a letra seja muito pequena para poderem enxergar completamente, mas essa caixa amarela está mostrando 20 anos em que a evolução demográfica do nosso País nos dá um enorme bônus. É um momento em que a quantidade de população economicamente ativa é muito superior à necessária para sustentar a que não é economicamente ativa.

Esse é um momento muito especial na história de um país e precisa ser muito aproveitado. Por quê? Nós estamos vendo aqui esta curva de queda, que mostra exatamente a redução dessa dependência de crianças e idosos da população economicamente ativa. Isso, a partir de 2030 mais ou menos, começa a reverter. Então, esse é um momento fundamental.

As nossas políticas precisam dialogar com esse momento especial, para que, ao mesmo tempo, nós possamos combinar as ações de desenvolvimento econômico, de capacitação desses jovens para o mercado de trabalho — para alavancar ainda mais o desenvolvimento do nosso País, para que ele chegue a ser, nesse período, a quinta economia, talvez a quarta economia do mundo —, e



possamos trabalhar no momento seguinte desse bônus demográfico, com melhores condições. Esse é um primeiro ponto.

Esse PPA já dialoga com esse cenário, ao incorporar programas que a Presidenta Dilma já lançou este ano, como o PRONATEC, que é exatamente a questão da qualificação profissional; o Brasil sem Miséria; o aumento das ações e dos recursos para ciência e tecnologia, fundamentais para o desenvolvimento do nosso País; os recursos de educação; e também o Plano Brasil Maior, que prevê melhores condições para que as nossas empresas possam produzir no País.

O segundo eslaide do cenário social, mostra qual é a trajetória que nós esperamos da desigualdade em nosso País. Aqui o Coeficiente de Gini mostra até agora, 2010/2011, mas a previsão com relação à pobreza e à desigualdade é de que elas continuem caindo bastante, como mostra esse gráfico — por isso o Brasil Sem Miséria —, e de que cresça, cada vez mais, a chamada nova classe média. E, como tem dito a nossa Presidenta Dilma, isso exigirá do Estado brasileiro, seja ele Federal, Estadual ou Municipal, a melhoria das políticas públicas que essa população da nova classe média almeja.

Além disso, no que se refere ao emprego, a linha azul mostra a curva de desemprego caindo cada vez mais — estamos aqui, 2010/2011. A linha vermelha mostra a crescente formalização da nossa força de trabalho, o que demonstra bem os resultados do desenvolvimento no País e da crescente formalização da mão de obra. Isso nos coloca um cenário de expansão da geração de emprego cada vez maior, como também da qualidade do emprego, não só em quantidade, mas também em qualidade.

Em relação ao cenário ambiental, nós acreditamos que temos um enorme desafio, que é o do uso sustentável dos nossos recursos naturais combinados com a necessária ampliação da infraestrutura do País. Nós vamos ter de trabalhar. Esse é um desafio do período, pois nós precisamos das duas coisas. Esse é um aprendizado que nós já temos desenvolvido nos últimos anos, e que precisará ser aprofundado no próximo período. Isso significa que precisamos :

- Trabalhar para aumentar a produtividade da agricultura, mas fazer isso de maneira sustentável;
- Ampliar a nossa matriz energética, mas manter essa matriz limpa e renovável;



- Começar a ampliar o aproveitamento econômico sustentável dos nossos recursos naturais;
- Ter uma eficiente gestão dos recursos hídricos, porque a água é um recurso escasso. O nosso País é muito beneficiado pela natureza, mas nós precisamos ter uma gestão mais eficiente dos nossos recursos hídricos;
- Universalizar a água e garantir saneamento e gestão de resíduos sólidos;
- Alcançar nossas metas de mudanças climáticas; e
- Tornar nossa matriz de transporte mais diversificada e ambientalmente mais limpa.

Aqui vemos os cenários construídos que, na área de energia, ainda vamos ampliar. O Brasil é um exemplo no mundo em termos de percentual de energia limpa e renovável na sua matriz, mas a previsão é de que ampliemos ainda mais — este tom azul escuro na parte de baixo do gráfico — a participação da energia hidráulica. Além disso, devemos aumentar a energia eólica e biomassa. Isso é exatamente continuar a ampliar ainda mais a parcela de energia limpa e renovável na nossa matriz energética.

Outra questão importante para nossa sustentabilidade ambiental é a redução do desmatamento na Amazônia. Nós vemos aqui que, no período de 2000 a 2005, saímos de uma média de 19 mil quilômetros quadrados de desmatamento e já caímos para 11 mil. A ideia é cair, até 2015, mais 42%; e, de 2015 até 2020, outros 42%.

Pela experiência do último período, nós acreditamos que isso será factível se todos os esforços nessa direção forem feitos. Além disso, conforme o nosso compromisso em Copenhague, que o Presidente Lula apresentou em Copenhague, no final de 2009 — a nossa atual Presidenta Dilma Rousseff foi a negociadora, juntamente com o Ministro Carlos Minc —, nós vamos reduzir em 36% o que está previsto de aumento de emissão de gases de efeito estufa. Faremos isso fundamentalmente com a redução do desmatamento na Amazônia; com a redução do desmatamento no Cerrado; com a recuperação de áreas de pastagens degradadas; com o plantio de florestas; e com aquela expansão de energia eólica, hidráulica e de biomassa. Essas ações permitirão alcançar essa redução.

Por fim, o último cenário que eu gostaria de mostrar é o cenário regional, o que vai acontecer com o desenvolvimento regional do País. Nos últimos 8 anos, nós





vimos, com felicidade, uma redução não só da desigualdade social, mas também da desigualdade regional.

Todos sabemos que o Nordeste tem crescido, nos últimos anos, acima da média nacional, o que é muito importante para o nosso País, para que ele se torne mais igual.

Este mapa mostra um pouco isso: quanto mais escura a cor no mapa, maior foi o crescimento da formalização do emprego. Podemos ver que no Sul e no Sudeste está mais clarinho, não porque lá não se formalizou muito, mas porque lá a formalização já tinha um patamar mais alto. Enquanto isso, o Nordeste, o Norte e mesmo o Centro-Oeste estão com cores mais escuras, demonstrando essa evolução que já houve nos últimos tempos.

Com isso, nós acreditamos que vamos viver, no próximo período, maior equilíbrio regional na economia, com uma interiorização ainda maior do emprego e da renda e maior dinamismo da economia nessas regiões tradicionalmente com menor desenvolvimento.

Para isso será necessária uma maior articulação entre as dinâmicas produtivas locais e a educação profissional e a superior. Então, ao olhar este cenário, nós desenhamos as ações necessárias para aproveitar este momento e aprofundar ainda mais a redução das desigualdades regionais.

Quais são os valores que estão previstos na dimensão estratégica, que deverão reger a administração pública federal?

- Soberania;
- Democracia;
- Justiça social;
- Sustentabilidade;
- Diversidade cultural e identidade nacional — alguém poderia perguntar por que elas não estão em dois itens separados, mas nós achamos que isso precisa acontecer ao mesmo tempo: o País é muito diverso culturalmente, mas é necessário que a identidade nacional seja preservada;
- Participação social; e
- Excelência na gestão.



Quais são os grandes desafios do País para o próximo período? Nós listamos onze. O primeiro deles se refere ao projeto de desenvolvimento nacional. Aqui nós apontamos para a continuidade do projeto dos últimos 8 anos, ou seja, apoiado na redução das desigualdades regional e entre o rural e o urbano, não só regional — essa é uma distinção também muito importante, reduzir a desigualdade entre o campo e a cidade —; e na continuidade da transformação produtiva ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda.

O segundo grande desafio é a erradicação da pobreza extrema. Prosseguir reduzindo as desigualdades sociais no País.

O terceiro macrodesafio é questão da ciência e tecnologia e inovação, fundamentais para o desenvolvimento do nosso País. É, portanto, um eixo estruturante desse desenvolvimento.

Educação, conhecimento, cultura e esportes. Para propiciar o acesso da população brasileira com equidade, qualidade e valorização da diversidade.

O quinto macrodesafio é saúde, previdência e assistência social. Promover o acesso universal, assegurando equidade e qualidade de vida.

O sexto é a questão da cidadania. Promover a igualdade de gênero e etnorracial, respeitar a diversidade das relações humanas, promover a universalização do acesso e elevação da qualidade dos serviços públicos.

O sétimo é alavancar a infraestrutura produtiva, urbana e social de qualidade, garantindo a integração do território nacional e do País com a América do Sul.

O oitavo é a democracia e a participação. Fortalecer a democracia e estimular a participação da sociedade, ampliando a transparência da ação pública.

O nono é integridade e soberania nacional do nosso território. Participar ativamente da promoção e defesa dos direitos humanos, da paz e do desenvolvimento no mundo.

A questão da segurança pública. Promover a segurança e a integridade dos cidadãos.

Por fim, a questão da excelência na gestão pública. Aperfeiçoar os instrumentos de gestão do Estado, valorizando a ética no serviço público e a qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

Então, essa é a dimensão estratégica, é onde queremos chegar.



O segundo bloco é sobre como chegarmos nesse horizonte de valores, nesse horizonte de macro-objetivos. Aqui nós vemos os programas, que têm indicadores e valor global; os objetivos, em que estão assinalados quais são os órgãos executores de cada um deles; qual é a meta global e qual é a meta regionalizada pelo território do País; e quais são as iniciativas. É o que de fato vai ser entregue ao cidadão.

Aqui eu queria mostrar um exemplo dos programas, o programa de saúde, de aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde, que tem treze objetivos. O primeiro dos objetivos é garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

Esse objetivo se abre em dezenove metas. Quais são elas? Implantar 3.272 unidades básicas de saúde; reformar 8 mil unidades básicas de saúde; ampliar a área física de 15 mil unidades; ampliar em 40 mil o número de agentes comunitários; e assim por diante. Como eu havia dito, esta é a grande diferença.

Este foi um trabalho muito árduo, mas feito com bastante satisfação pelas equipes do Governo Federal: identificar o que eu vou entregar com clareza à sociedade. É isso o que — eu estou dizendo, então — vai permitir que o Congresso Nacional e a sociedade brasileira possam acompanhar os resultados desse Plano.

Por fim, aqui há uma distinção importante, para a qual eu gostaria de chamar bastante atenção, porque é uma novidade que me parece muito positiva para a gestão mais geral e também para as preocupações do Parlamento.

As ações não estão mais no PPA, exatamente para tirar o caráter orçamentário do Plano Plurianual. Então, as ações estarão apenas na Lei Orçamentária; elas se vinculam aos programas, que são o *link* entre o Orçamento e o Plano Plurianual.

Aqui nós fizemos um trabalho no interior do Ministério do Planejamento, com as equipes da Secretária Lúcia Falcón, da Secretaria de Planejamento e Investimentos, que é a responsável, em última instância, pela produção do Plano Plurianual junto com os Ministérios, mas numa permanente ligação com a SOF, com a equipe da Secretária Célia Corrêa, exatamente para sintonia dos dois instrumentos, para que o Orçamento converse de forma muito fina com o Plano Plurianual, e com — somente mulheres, está certo? — a equipe da Assessoria



Econômica, capitaneada pela Secretária Esther Dweck, que discutiu a questão dos cenários e tudo mais.

Então, com essa sintonia, o que vai acontecer pelo fato de não haver mais ações no PPA? As grandes intervenções individualizadas, que estavam nas ações, só estarão nas iniciativas a partir de um certo valor. Então, por exemplo, uma rodovia só estará no PPA se o seu valor for mais do que 500 milhões. Se ela for menos do que isso, não precisará estar no PPA.

Portanto, quando o Congresso fizer aqui as modificações no Orçamento, não será mais necessário mudar o PPA, a não ser que essa iniciativa, essa obra seja maior do que 500 milhões. Então, isso vai facilitar o trabalho de proposições do Congresso, que não vai precisar mudar dois instrumentos — o PPA e o Orçamento —; vai precisar só mexer no Orçamento. Isso nos parece que garantirá a expressão dos grandes investimentos que serão feitos no próximo período, simplificando para aqueles que são menores.

Qual foi o resultado, então, em relação à quantidade de programas, com essa retirada de superposições, essa questão de se trabalharem as intersetorialidades? Nós estamos saindo de 217 programas finalísticos no atual PPA, para apenas 65 programas temáticos. Então os programas não são mais de um Ministério, mas são do Governo como um todo, favorecendo, como eu já disse, a intersetorialidade.

Os programas de gestão passam de 89 para 44. Então, temos uma maior coesão do Plano, o que simplifica a sua execução e, especialmente, o seu acompanhamento.

Desses programas temáticos, 65 se distribuem em 491 objetivos — nós vimos que, lá na saúde, são 19 objetivos — e em 2.500 iniciativas, metade delas de caráter orçamentário e metade delas sem ação orçamentária vinculada.

Vamos agora para os grandes números do PPA. O PPA tem uma previsão de 5,4 trilhões de reais, que é 38% superior ao último PPA.

Em relação às fontes de recursos, os 5,4 trilhões assim se distribuem: 68% são orçamento fiscal e seguridade; 25% são fontes extraorçamentárias (crédito, estatais, parcerias); e 7% são os investimentos das estatais.

Entre os programas, 83% dos recursos estão nos programas finalísticos, como era de se esperar, concentram-se nos programas finalísticos, temáticos; 14%



estão nos programas de gestão, manutenção e serviços do Estado, do Executivo; e 3% nos do Legislativo e do Judiciário.

Dos 65 programas temáticos, 25 são da área social; 15 de infraestrutura; 17 de desenvolvimento produtivo e ambiental; e 8 do que chamamos de bloco dos programas especiais.

Em relação aos recursos, quase 57% estão no social; 26% em infraestrutura; quase 15% em desenvolvimento produtivo e ambiental; e 2,3% nos especiais.

Vou abrir cada um deles. Na área social, com 2,6 trilhões de reais, 55% estão na Previdência Social; 12% na saúde; 10% no trabalho; 8% na educação; 6% na assistência social; 4% na agricultura familiar; 3% no Bolsa Família; e 2% nas demais áreas sociais.

Na área de infraestrutura, com 1,2 trilhão de reais nos 4 anos, quase um terço são para moradia digna, incluindo o Minha Casa, Minha Vida; 25% são para energia; 19% para petróleo e gás; quase 10% para transporte — aqui juntando rodovias, ferrovias, portos e aeroportos e hidrovias; 5% para minerais; e 8,4% para as demais áreas.

Na área de desenvolvimento produtivo, com 663 bilhões de reais, quase um terço são para a agropecuária; 27% para o comércio exterior; 15% para o desenvolvimento produtivo; 13% para micro e pequenas empresas; e 13% para as demais áreas. Para as áreas especiais, 104 bilhões: metade para a Defesa, quase a outra metade, 42%, para desenvolvimento regional e territorial. E, para política externa, 4%.

Os senhores veem, na sequência da apresentação — não vou ler cada um porque isso serve mais como material de consulta —, todos os programas temáticos da área social, um a um, e o valor de cada um deles.

Com isso eu concluo a primeira parte da apresentação, relativa ao Plano Plurianual, o PPA. Entro, então, na sequência, na Proposta de Lei Orçamentária de 2012.

Em primeiro lugar, os parâmetros que nós utilizamos para a elaboração do Orçamento de 2012. Nós trabalhamos com IPCA de 4,8%; com IGP-DI de 5%; com crescimento do PIB de 5%, o que equivaleria a um PIB de 4,5 trilhões de reais no próximo ano; com taxa de câmbio de R\$1,64; com salário mínimo de R\$619,21 reais



— vou falar dele mais adiante; com taxa de juros de 12,5%; e massa salarial nominal com um crescimento de quase 10%.

#### Salário Mínimo

A previsão é de um reajuste de 13,6%, que equivale a esses R\$619,21. Como nós chegamos a esses 13,6%? Utilizando a lei, aprovada por este Congresso Nacional: o PIB de 2010, 7,5%, e o INPC previsto para 2011, que é de 5,7%. Isso equivale, então, a esse índice de 13,6%, que daria esse montante.

Os recursos necessários para dar conta desse reajuste estão previstos integralmente na peça orçamentária.

Só como referência, o salário mínimo corresponde a cerca de 370 dólares.

Em relação ao resultado primário do setor público, nós estamos trabalhando com um resultado primário de 139,8 bilhões, sendo 97 bilhões do Governo Federal e 42,8 bilhões de Estados e Municípios. E a LDO nos permitiria uma reserva, para garantir a execução dos investimentos no País, de 40,6 bilhões. Mas o Governo Federal resolveu não usar esses 40,6 bilhões integralmente. Então, a peça orçamentária tem uma possibilidade de abatimento de 25,6 bilhões de reais. Mas nós estamos focados nos 139,8 bilhões de reais.

Então, o nosso orçamento total de receitas é de 2,1 trilhões de reais — aumento de 8,9% nas receitas e aumento de 9,8% nas despesas.

Esses 2,1 trilhões são distribuídos desta forma — na “pizza verde”: amortização da dívida, 41%; Previdência, 18%; despesas discricionárias, quase 11%; pessoal e encargos sociais, quase 9% — 8,9%; transferência a Estados e Municípios, 8,6%; juros e encargos da dívida, 6,6%; demais despesas financeiras, 4%.

O próximo gráfico, da evolução da despesa com pessoal, mostra que estamos mantendo mais ou menos a participação do PIB.

Aqui vemos a evolução do déficit do Regime Geral da Previdência Social. E aqui vemos que essa redução do déficit reflete exatamente os efeitos do crescimento econômico e da crescente formalização, que gera impactos bastante positivos no déficit da Previdência.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*



**A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR** - O Presidente está dizendo que, em 5 anos, esse déficit caiu pela metade.

Desse montante de 2,1 trilhões, 89% são para as chamadas obrigações; 10,9%, quase 11%, referem-se às despesas discricionárias, aquelas em que há maior liberdade para a Presidência da República fazer a alocação dos recursos.

Esses 11% correspondem a 229,5 bilhões de reais e são distribuídos desta forma: 221 bilhões para o Poder Executivo e 8,6 bilhões para os demais Poderes — Legislativo, Judiciário e Ministério Público.

Como os 221 bilhões das despesas discricionárias do Executivo são distribuídos? Em primeiro lugar, quase 32% para a saúde; 19,2% para o PAC; para as demais áreas, 13,9%; para a educação, 13,8%; para o Plano Brasil Sem Miséria, 11,6%; para a Defesa, 7%; e 2,8% para Ciência, Tecnologia e Inovação.

Eu gostaria de fazer uma pequena pausa aqui para comentar a importância — e já tinha comentado com os senhores — da sintonia entre o PPA e a Lei Orçamentária. Se nós formos analisar os grandes números do PPA, vamos ver que há uma enorme sintonia. É o mínimo que se poderia fazer, eu sei, mas acho que é fundamental também destacar essa sintonia entre o que está lá no Plano e o que está destacado no Orçamento. Então, as grandes prioridades que estão no Plano estão também apresentadas aqui no PLOA 2012.

O que reforça o que já falei? A saúde, em 2012, terá 9,3 bilhões a mais do que tem neste ano; o Plano Brasil Sem Miséria, 8,8 bilhões; a educação ficou quase no mesmo patamar, com 8,3 bilhões — lembro que as despesas com educação vêm aumentando nos últimos anos mais ou menos nesse patamar, a cada ano; Defesa, 4,6 bilhões; grandes eventos, 1,4 bilhão; Ciência e Tecnologia, mais 1,3 bilhão de reais.

Grandes eventos são Copa do Mundo de Futebol, Olimpíadas e Rio+20, todos esses grandes eventos que o País está se preparando para executar.

E, caminhando para o fim da minha apresentação, vou mostrar como estão os investimentos no Orçamento de 2012.

Todos aqui sabem da nossa quase obsessão... Acho que dá para dizer que é uma obsessão em aumentar os investimentos no País, sejam públicos, sejam



privados. E mais uma vez nós estamos aumentando a previsão de execução de investimentos no nosso Orçamento.

Essa série histórica mostra que vêm crescendo desde 2007, com o PAC, os recursos destinados a investimentos no País. Então, a previsão para 2012 é de 165,3 bilhões de reais. Deles, 58,5 bilhões do Orçamento Fiscal e da Seguridade e quase 107 bilhões das empresas estatais.

No que diz respeito ao Orçamento Fiscal e da Seguridade, dos 58,5 bilhões para investimentos, 42,5 bilhões referem-se ao PAC. De que maneira? Quase 17 milhões para infraestrutura logística (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, hidrovias); 25,3 milhões para infraestrutura social e urbana (saneamento, habitação, educação, saúde e outros); e aqui, pequenininho, para infraestrutura energética, 424 milhões — porque a maior parte se concentra nas estatais.

Os *slides* seguintes mostram um pouco cada uma dessas informações. São 16 milhões e 812 mil reais para infraestrutura logística — houve algum problema aqui, quando se mexeu na planilha, mas tenho o material aberto, se alguém manifestar interesse em consultar. Por favor, olhem com cuidado a linha do total, porque aparentemente houve algum problema aí na finalização.

Eles refletem o cronograma de execução previsto no PAC para o próximo ano...

*(Tumulto externo.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Continua com a palavra a Ministra.

O nosso ambiente está extraordinário. A zoada está do lado de fora. Vamos continuar aqui da forma como nós estamos nos conduzindo.

**A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR** - Sem dúvida.

Mas vamos lá. Estou quase terminando.

Aqui vemos cada uma das áreas, para facilitar a consulta. Para estatais, 107 bilhões; em termos de receita própria das estatais, quase 88 bilhões; aumento do patrimônio líquido, 11 bilhões; e operações de crédito de longo prazo, 5 bilhões.

Desses 107 bilhões, quase...

*(Manifestação no plenário.)*

*(Palmas.)*





**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Solicito à plateia que se comporte, por favor. Se não, nós vamos esvaziar o plenário.

*(Tumulto no plenário.)*

*(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra a Ministra.

**A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR** - Estou quase terminando.

Então, dos 107 bilhões previstos, quase 69 bilhões são do PAC.

Como é que se distribuem esses 107 bilhões entre as empresas estatais? Noventa e três bilhões são do setor produtivo estatal; destes, 78 bilhões são da PETROBRAS; outros 10 bilhões, da ELETROBRAS; e 5 bilhões são das demais empresas estatais.

Do setor financeiro, 4,6 bilhões: 3 bilhões do Banco do Brasil; 1,3 bilhão da Caixa Econômica Federal, o que totaliza em investimentos no País quase 98 bilhões de reais.

Além disso, a PETROBRAS fará investimentos no exterior, no montante de 9 bilhões.

O total, então, é de 107 bilhões.

Com isso eu encerro a apresentação. Os senhores têm aí uma quantidade grande de anexos, com valores por Ministérios etc. Eu trouxe mais para consulta, se não estenderia muito a minha apresentação.

Quero agradecer a atenção a todos e me colocar à disposição para as perguntas. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço à Sra. Ministra do Planejamento.

Esses aplausos, Ministra, são para toda a estrutura do Ministério do Planejamento, que nos preparou dois grandes projetos. Saúdo as Secretarias finalísticas desse projeto.

Agora, passamos à discussão.

Darei a palavra ao Relator-Geral da proposta orçamentária para 2012, Deputado Arlindo Chinaglia. Antes, informo que a lista de inscrição para o segundo bloco já está aberta. Já se inscreveram os Deputados Rogério Marinho e Claudio Cajado.



Peço a todos compreensão e que mantenham a disciplina e a educação neste plenário.

Com a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Obrigado, Senador Vital do Rêgo, Presidente da Comissão.

Cumprimento todos os pares e, especialmente, a Ministra, pela exposição que fez, pela dimensão de conteúdo. Ao falar do PPA e do Orçamento, como já expôs S.Exa., mostra os objetivos estratégicos e também que a peça orçamentária corresponde às ações do PPA e às metas ali estabelecidas.

Eu pela primeira vez estou militando na Comissão de Orçamento e creio que seria por demais útil, até para estabelecer um diálogo com a sociedade, que o Parlamento tem o dever de procurar representar, e ao mesmo tempo com a responsabilidade ainda maior de pensarmos o País, que nós tomássemos a iniciativa, junto a V.Exa., de alguns temas que pelo menos já estão no noticiário. Creio também ser nosso dever, especialmente do Relator-Geral do Orçamento — mas não é exclusividade —, fazer um diálogo permanente e acima de tudo o mais sincero possível.

Na proposta orçamentária que o Governo enviou — e esta é a minha primeira pergunta — não há previsão orçamentária para reajustes no Judiciário, tampouco no Poder Legislativo, ainda que o noticiário tenha-se concentrado no Poder Judiciário. E, numa folha de pagamento de mais de 200 bilhões, para o Executivo veio uma previsão orçamentária de 1,6 bilhão, para questões pontuais do tipo reestruturação de carreira e provisão de cargos.

Fui perguntado sobre qual seria o papel do Parlamento numa condição especial. Em letras garrafais, quando a Presidente Dilma Rousseff enviou uma mensagem ao Congresso, enviando junto à mensagem — e este era o objetivo da mensagem — aquela que era a proposta específica do Judiciário, houve quem entendesse que o Executivo teria alterado alguma coisa da sua proposta orçamentária. Eu disse, então: *“Para haver qualquer alteração, é preciso que se aponte a receita”*. Disse isso quando nós ainda não conhecíamos o texto, o teor da mensagem.



E, aqui para nós, não apenas para os Parlamentares, Deputados e Senadores, mas também e principalmente para a sociedade... Primeiro, nem todos têm a obrigação de conhecer a peça orçamentária e os procedimentos. Quero fazer, então, uma pergunta a V.Exa., para que dê pelo menos, no momento atual, a opinião do Governo.

Para que houvesse qualquer reajuste para esses três Poderes — e também para o Ministério Público da União —, teria que haver uma alteração na proposta do Executivo, naquilo que a Constituição prevê. E seria uma mensagem modificativa do PLOA 2012. A minha pergunta seria esta: pretende o Executivo mandar uma mensagem modificativa do PLOA 2012?

Trabalhando com a hipótese até agora colocada pela mensagem da Presidente — e estou levando muito a sério o que ela escreveu —, tendo a entender que a resposta de V.Exa. será “não”. A partir daí, quero sugerir publicamente um encaminhamento. Pelo PPA e pelo Projeto da Lei Orçamentária deste ano, eu queria fazer a segunda pergunta: no que o Executivo se concentrou, do ponto de vista do Orçamento, principalmente — repito —, como estratégico para tomar essa atitude de não prever nenhum reajuste?

Finalmente, da minha parte, quero registrar — até em homenagem aos presentes nesta plenária — que nós vamos fazer um diálogo permanente. A única coisa que não farei será prometer aquilo que não poderemos cumprir. Acho que esta é a maior atitude de respeito que temos que tomar em relação a todos os interlocutores, porque é muito fácil para o Relator responder, por exemplo, a qualquer Poder, a qualquer reivindicação, por mais justa que seja, “*pode deixar que nós vamos ver*”. E, lá na frente, não vemos nada. Isso é muito desagradável. Então, quero desde já estabelecer uma relação de diálogo permanente, como disse. Se eu puder colaborar, junto ao Executivo e aos demais Poderes, para algum entendimento, assim o farei.

Mas, sobre as duas perguntas que fiz, eu gostaria que V.Exa. desenvolvesse... E, se pergunto qual foi a estratégia do Governo, é porque recebo e-mails de pessoas que negam, por exemplo, a crise mundial, que me xingam e xingam todo mundo. Possivelmente por causa de uma visão, de uma necessidade, de uma premência, pensam: “*Tudo isso é conversa mole. No Congresso ninguém*



trabalha. *A Presidência da República está enganando o povo*”. E por aí vai. Parece brincadeira, mas não é. As pessoas de fato não têm informação. E acho que é nosso dever, a partir desta audiência, começar a mostrar a seriedade que compete aos Poderes no que diz respeito ao gerenciamento dos recursos públicos brasileiros.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Deputado Márcio Reinaldo Moreira, V.Exa. também tem o direito, como Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, de participar da discussão inicialmente. *(Pausa.)* Declina?

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA** - Agradeço, Sr. Presidente.

Só gostaria de cumprimentar a Ministra pela excelente exposição. Realmente aqui está um instrumento que vai nos propiciar — naquele capítulo das metas e prioridades do PPA —, naturalmente com muito mais desenvoltura, a esta altura, estabelecer essas metas todas junto com o Executivo.

Naturalmente, creio que o ponto central vai residir no relatório do nosso Deputado Arlindo Chinaglia. E creio que esse relatório terá uma peça muito fundamental, que é a política efetiva para pessoal. Não adianta pensarmos no grupo do Judiciário ou do Legislativo e esquecermos o grupo maior, que é o do Executivo, ou pensar em apenas alguns pontos. E qualquer posicionamento nesta situação vai estabelecer uma mudança significativa nos rumos desses números que nós vimos aqui.

Eu me limito no momento a essa colocação e agradeço a V.Exa., Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Justifico a ausência do Senador Walter Pinheiro. No Senado, estamos discutindo a proposta de distribuição e aplicação dos *royalties* do pré-sal e fomos todos chamados. A condição de Presidente desta Comissão não me permitiu ir, até em atenção à presença da Ministra.

Desta forma justifico a ausência do Senador Walter Pinheiro, que também faz parte do grupo — o Senador José Pimentel também, que está aqui.

Senador Inácio Arruda, muito boa tarde.

Deputado Arlindo Chinaglia.



**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Agradeço, Sr. Presidente.

Eu quero apenas fazer um comentário, nesta linha do diálogo com todos os setores. Por exemplo: é verdade que há previsão orçamentária para algo fundamental da vida nacional, que vai ser o reajuste, o aumento real do salário mínimo, com as regras transformadas em lei, já negociadas e votadas aqui no Congresso Nacional. Mas, quanto à Lei Kandir, não há nenhuma previsão. E só para os efeitos da Lei Kandir, nos últimos anos, foram 3,9 bilhões de reais.

É da lógica do debate aqui — portanto, não há nenhuma novidade: a agricultura sempre reivindica mais do que recebeu; a saúde, eu diria, principalmente para cumprir aqueles programas... Não sei quanto ganha um médico do Ministério da Saúde hoje. Sou médico licenciado do Ministério da Saúde, mas...

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Três mil e quinhentos reais.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Três mil e quinhentos reais. Obrigado.

Veja: um médico, para não falar de outros profissionais da saúde, ganhar R\$3.500,00 eu acho um absurdo. Agora estou sendo procurado pelas entidades representativas. Por exemplo: procedimentos de média e alta complexidade. E por aí vai. Aqui há uma natural reivindicação de Deputados e Senadores que são pressionados pelos seus Municípios, para que as emendas individuais sejam de fato realizadas. E a nossa margem de manobra está pior do que cobertor curto.

Aproveito a presença de V.Exa. aqui, Ministra, para repartir essas nossas dificuldades.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Concluindo o primeiro bloco, passaremos a palavra à Ministra.

Já estão inscritos os Deputados Rogério Marinho, Claudio Cajado, Darcísio Perondi, Edmar Arruda e Gilmar Machado.

**A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR** - Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao sempre muito gentil Deputado Márcio Reinaldo, especialmente com a minha pessoa. Muito obrigada, Deputado.

Quanto às questões colocadas pelo Relator Arlindo Chinaglia, primeiro vou falar da questão relacionada ao Judiciário. Acho que o Deputado leu com bastante cuidado a mensagem que a Presidenta Dilma Rousseff encaminhou ao Congresso,



apresentando as propostas do Judiciário. Nós não incluímos na proposta orçamentária a proposta do Judiciário. O senhor até me poupou de citar alguns números, inclusive como nós tratamos, no âmbito do Executivo, de maneira que não dá nem para chamar de equilibrada, porque ela foi ínfima. Os próprios números confirmam isso: 1,6 bilhão, em mais de 200 bilhões da nossa folha de pagamento.

Qual é o nosso horizonte? Como é que nós construímos o Orçamento da União? Primeiro, num momento ainda não tão claro, para a maior parte da sociedade, da situação de retomada da crise internacional, nós começamos a elaborar o Orçamento — em junho ou julho. Ainda não estavam tão claros para a sociedade os problemas que nós temos hoje. Temos mais clareza a respeito deles agora em setembro. Foram notícia nesses dias todos, em todos os jornais, como vai se dar esse repique da crise e os efeitos que ele pode ou não ter na nossa economia.

O Ministro Guido Mantega já esteve aqui no Congresso Nacional para fazer uma análise dessa situação. E acho que já apresentou aqui a nossa visão a respeito deste momento. O nosso País está até mais sólido do que estava em 2008, com resultados primários compatíveis com a redução da dívida pública, com o aumento do controle da inflação, estimulando investimentos em emprego, com maiores reservas internacionais, com uma política fiscal muito austera.

Costumo dizer que o que a Grécia veio a fazer no meio do ano e outros países europeus, por exemplo, nós já fizemos no começo do ano, com o ajuste de 50 bilhões. Ou seja, nós estamos muito bem preparados. O Banco Central fez uma série de outras ações macroprudenciais em relação ao nosso sistema bancário. Então, o País está muito preparado. Mas não temos nenhuma garantia de um eventual contágio. Não é essa a nossa aposta. E, a despeito de isto não ter grande destaque nas páginas dos jornais, a equipe econômica vem acompanhando com muita atenção o desenrolar, durante todo este ano, das maiores economias, onde a crise vem dando um repique, saindo do “V” para o “W”. Então, este Orçamento foi feito com esta lógica.

O Deputado Arlindo Chinaglia cita a restrição enorme que nós fizemos para os reajustes no âmbito do Executivo. É exatamente porque ela está em consonância com o que achamos necessário para o País no próximo ano, que é garantia de



investimento, garantia de desenvolvimento e geração de emprego e renda, num cenário que provavelmente será adverso. Desse ponto de vista, quer dizer, com essa lógica de garantir qualidade fiscal importante, nós acreditamos que não caberia no Orçamento a proposta de reajuste do Judiciário, que teria um impacto de 7,7 bilhões. O reajuste para o Judiciário e o MPU teria esse impacto. Por quê? Exatamente porque queremos garantir os investimentos e gerar emprego e renda no País, neste momento tão difícil.

Eu concordo com o senhor, Deputado — e não consigo trabalhar de outra maneira: acho que precisamos ser muito claros, francos e, mais do que tudo, abertos para a discussão. O Governo não mandará uma mensagem modificativa do Orçamento, mas também não se furtará a eventuais conversas. Acho que, de antemão, a Presidenta Dilma apresentou a posição do Governo em relação à possibilidade, neste momento, de um reajuste nesse patamar. Nós acreditamos que essa preocupação em relação à situação econômica do nosso País tem que ser de todos os brasileiros, de todos os Poderes. Por isso, então, é que não incorporamos essa despesa à Proposta de Lei Orçamentária.

Quais são as prioridades? Eu já tinha citado ali: para a saúde se adicionam os 9 bilhões. É da lei.

Quero até dizer — passaram-me aqui uma “colinha” — que é de mais de R\$3.500,00 o salário do médico no início de carreira. Não estou dizendo que é muito, mas é de R\$5.800,00 no início de carreira e, no fim de carreira, chega a R\$8.600,00.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR** - Até dezembro, eu ganhava dez. Então, não me parece tão pouco.

Então, é aquilo que já colocamos aqui: saúde, educação, continuar reduzindo desigualdade e garantir que o Brasil continue crescendo.

Lembrem o que nós fizemos com o Plano Brasil Maior, programa de inovação para a indústria brasileira, de defesa da nossa indústria, neste momento extremamente importante: são 21 bilhões de reais de desoneração.

Foram essas as escolhas que nós fizemos no Orçamento.



Acho que a última questão citada pelo Deputado Arlindo Chinaglia foi a da Lei Kandir. Do nosso ponto de vista, desde 2008 esta não é mais uma obrigação. O período de transição já se deu. Mas sabemos bem que é um debate importante que se faz no Congresso. E aí caberá ao nosso Relator conduzir, aqui, esse debate sobre a importância de introduzir isso na peça orçamentária.

Acho que com isso eu dei conta das questões.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Há oito oradores inscritos. Serão dois blocos de quatro oradores. Falam quatro Parlamentares, a Ministra responde; depois, mais quatro Parlamentares falam.

O Deputado Rogério Marinho tem a palavra pelo tempo regimental de até 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO** - Cumprimento a Sra. Ministra, o Sr. Presidente, os Srs. Relatores, as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados.

De antemão, Sr. Presidente, solicito a V.Exa. tolerância quanto ao tempo, dadas a complexidade do tema e a importância do fato de estar na nossa Casa a Ministra Miriam Belchior.

Ministra, eu acompanhei a explanação de V.Exa., mas recebi também o *briefing*, da sua Assessoria. Tenho acompanhado, desde o lançamento do Orçamento, quando foi enviada a esta Casa a proposta orçamentária, as entrevistas dadas por V.Exa. e pelas autoridades que conduzem a política econômica do Governo. E me chamou a atenção, Ministra — é o primeiro comentário que faço —, logo após o envio do Orçamento a esta Casa, se não me engano no dia seguinte ou no mesmo dia, por ocasião de uma entrevista, a declaração de V.Exa. de que faria um contingenciamento neste Orçamento de alguma coisa como 25 bilhões de reais, utilizando, parece-me, a questão da meta do PAC — aquela questão do PAC —, amplamente discutido nesta Casa por ocasião da apresentação do relatório do Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

E o entendimento que nós temos — eu falo da nossa bancada, mas é compartilhado por vários Deputados; tanto é assim que foi aprovado na Lei de Diretrizes Orçamentárias e vetado pela Presidente da República — é o de que, da forma como está o Orçamento, retirando-se o PAC do cálculo do superávit, na verdade há pouca visibilidade da realidade financeira do País, já que o PAC é





investimento que efetivamente ou teoricamente é executado. Ainda mais quando há uma declaração, como a que V.Exa. deu logo após enviar o Orçamento a esta Casa, de que fará um contingenciamento nessa questão da meta do PAC de até 25 bilhões.

Então, a pergunta que eu faço a V.Exa. é se não seria mais fácil, dentro do discurso de austeridade que o Governo está fazendo — e nós queremos acreditar nele, já que temos, como V.Exa. e o Ministro Guido Mantega disseram, a possibilidade de enfrentar fatores supervenientes que não dizem respeito à economia local, mas ao cenário internacional, eventualmente sendo contagiados por esta crise menor com maior proporção e por isso temos que ter cuidado com a austeridade fiscal na execução orçamentária e nas contas públicas —, se não teria sido mais interessante e mais condizente com essa coerência que o Governo apregoa que tivéssemos mantido esse dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que daria inclusive essa condição de dizer qual era a meta real do superávit? Ou seja, não retirar o PAC dessa meta de superávit não tornaria mais nítido para a sociedade o superávit real que temos para abater a dívida, para a amortização da nossa dívida como um todo?

A primeira pergunta é esta: se não teria sido mais coerente da parte do Governo não vetar o dispositivo da questão da meta cheia.

O segundo assunto, Ministra, já foi inclusive citado pelo nosso Relator, o eminente Deputado Arlindo Chinaglia. Independentemente da questão financeira, eu pergunto a V.Exa., de acordo com a nossa Constituição e a interdependência dos Poderes... A Constituição permite que os Poderes — no caso, Judiciário e Legislativo — façam as suas propostas de aumento, desde que amparados pela lei. É o caso do Judiciário, porque essa proposta constava na LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias. E, na hora em que o Governo retira essa previsão do Orçamento e manda um ofício, uma comunicação ao Congresso pedindo que faça a sua parte — ou mantendo esse aumento, ou diminuindo esse orçamento, ou não dando esse aumento —, não passa a impressão de que o Executivo está lavando as mãos nesse aspecto? Ou seja, o que acontecer vai acontecer. E a responsabilidade que o Executivo tem sobre a condução das finanças públicas de maneira geral? E o respeito aos Poderes Constituídos da nossa República? (*Palmas.*)

O terceiro item...



**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Mais 2 minutos, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO** - Fora a tolerância que V.Exa. já me deu previamente, Sr. Presidente, conceda-me mais 5 minutos. Tenho várias perguntas a fazer ainda.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Não posso, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO** - Em relação ao Programa de Aceleração do Crescimento, Ministra, nós também discutimos muito, por ocasião da apreciação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, neste ano, no ano anterior e nos anos anteriores em que acompanhamos aqui o Orçamento, o fato de que o Governo, talvez pela questão gerencial, de dificuldade de execução orçamentária, tem de forma geométrica acumulado um estoque de Restos a Pagar. Isso tem comprimido de forma violenta o orçamento do ano, inclusive desfigurando-o. Não vemos com nitidez o que acontece.

Do PAC, por exemplo — estou aqui com relatório extraído no dia 12 de setembro —, foram aplicados em 2011 3 bilhões e 282 milhões de reais, no dia 12 de setembro, o que equivale a 8% do PAC deste ano. É claro que foi paga uma quantidade muito maior de Restos a Pagar dos Orçamentos anteriores.

Nós propusemos, inclusive, com a anuência do Relator — aliás, foi uma ação do Deputado Márcio Reinaldo —, um redutor de 10%, ano a ano, desses Restos a Pagar, de tal maneira que em 10 anos zerássemos esses Restos a Pagar e tivéssemos um orçamento equilibrado.

Então, eu também não entendi por que o Governo, dentro do discurso da austeridade fiscal, da transparência na execução orçamentária, apresentou esse veto. Gostaria de saber de V.Exa. os motivos pelos quais o Governo não aceitou esse instrumento que eu acho tão importante para a execução orçamentária.

Uma coisa nos chamou a atenção no Projeto de Lei Orçamentária — e eu chamo a atenção de V.Exa. porque realmente é singular. Nós nos debruçamos sobre o Orçamento, mas não temos ainda o cômputo porque é muita coisa para averiguar. Mas a remuneração dos agentes financeiros, dos pagadores e operadores do seguro-desemprego e do abono salarial, cresceu este ano, em relação ao anterior, 352%; dos serviços de apoio à gestão descentralizada do



Programa Bolsa Família, 102%. E o Governo acena com aumento de 7% apenas do número de beneficiários: de 12,7 para 13,6 milhões.

Então, nós estamos aumentando aqui absurdamente a remuneração dos bancos, dos agentes financeiros. Gostaria de saber de V.Exa. por quê.

Tenho mais algumas perguntas, mas, como o nosso Relator está querendo que eu termine logo, quero falar agora — se o Relator me permite —, pelos próximos 5 minutos, do PPA. Eu falei de Orçamento e agora vou passar para a outra fase. Aliás, vou terminar de falar sobre Orçamento.

Em relação ao...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Eu peço a V.Exa. que compreenda que agi com flexibilidade, em atenção ao seu pedido. Mas há nove oradores inscritos. Se eu conceder 50% a mais do tempo como tolerância — e já os concedi a V.Exa. —, nós vamos ficar...

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO** - Eu apelo a V.Exa. porque, apesar de haver nove oradores, acho que no debate é importante o contraditório. Só há dois ou três Deputados de Oposição. E não estou dizendo que os outros...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - O Deputado Vaz de Lima também já se inscreveu...

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO** - ... não farão perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Mas continue, Deputado. Farei o que puder...

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO** - Eu agradeço a V.Exa. a generosidade. Aliás, proverbial.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Peço a V.Exa. apenas que...

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO** - Vou ser bem objetivo.

O último dado sobre o Orçamento, Ministra: o mercado está colocando — é o que se publica por aí — que o PIB vai crescer algo em torno de 3,6%, 3,8% no próximo ano. E o nosso Orçamento vem com a previsão de crescimento de 5%. E que a nossa inflação ficará em torno de 5,4%. Mas o nosso parâmetro aqui, se não estou enganado, é de 4,8%.

Isso, evidentemente, vai gerar um desequilíbrio na nossa expectativa de receita. E esta é uma missão para o nosso Relator de Receita. Mas, como está



agregado ao fato de que várias situações não foram inseridas no Orçamento, pergunto como o Governo espera que se feche essa conta. E por que esse aumento tão expressivo da expectativa de crescimento, face à realidade do mercado?

Em relação ao PPA, Ministra, a primeira coisa que nos chamou a atenção foi essa modificação do seu conceito. E pergunto a V.Exa. se foram averiguados os preceitos da constitucionalidade dessa modificação. V.Exa. chegou a afirmar, na sua fala, que o PPA vai ter pouco a ver com o Orçamento — deu-me a entender isso. Na verdade, a Constituição é clara: diz que o Orçamento tem que se basear no PPA. Então, eu só queria que V.Exa. esclarecesse essa situação que não consegui entender.

Outra questão: V.Exa. fala de transparência, Ministra. Nesta Casa estou há 5 anos, há 2 anos nesta Comissão, mas sempre a acompanho. E há uma frustração enorme da nossa parte — não falo só dos Deputados de Oposição, mas também da sociedade como um todo — em relação à transparência. O Ministro Paulo Bernardo, que antecedeu V.Exa. no Ministério do Planejamento, esteve aqui no último ano apresentando também o PPA. E cobrei dele, naquela oportunidade, que fosse cumprido o dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que antecedia o Orçamento daquele ano, que permite o acesso aos sistemas de acompanhamento em tempo real da execução orçamentária e financeira, tanto das estatais quanto das empresas de economia direta — SIGPLAN e SIEST.

Naquela oportunidade, o Ministro disse que, em relação às estatais, eram informações relevantes e nós não poderíamos ter acesso a elas. Ora, o Legislativo não ter acesso a dados para fiscalizar o Executivo eu achei estranho. Mas tudo bem, passou. Em relação às empresas de economia direta, disse que tinha havido uma mudança no sistema operacional e tal. E até agora isso não aconteceu.

Então, sobre transparência, eu acho que o Governo ainda está a dever ao Legislativo e à sociedade.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO** - Última pergunta. Eu tenho duas, mas vou escolher uma.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Com prazer.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO** - Obrigado.



A última questão é, em relação ao PPA ainda, das avaliações e das revisões.

Os últimos PPAs, de 2004 a 2007 e de 2008 a 2011, foram objetos de avaliações anuais, é verdade, mas as revisões, também previstas em lei, ou não aconteceram ou aconteceram de forma superficial — que são mecanismos de controle importante, tanto para a sociedade, quanto para o próprio Legislativo. E, nesse novo modelo que V.Sa. propõe, o monitoramento colocado me pareceu pouco nítido também. Eu gostaria de mais esclarecimentos em relação a esse monitoramento e a esse controle do PPA.

No mais, agradeço a benevolência do nosso Presidente, o Senador, aos Srs. Relatores e à Ministra pela paciência.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - V.Exa. usou o tempo excedente até em testemunho à necessidade das minorias se pronunciarem. Por isso, fiz isso. Faço-o também com o Deputado Claudio Cajado, que vai colaborar comigo e ser sintético, na condição de Líder das oposições.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Garanto que as oposições, no particular, serão sintéticas até no tempo.

**O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA** - Sr. Presidente, pela ordem.

Tenho que me retirar. V.Exa. vai ficar, mas eu tenho que ir votar. Portanto, peço de antemão audiência à nossa Ministra para tratarmos desse assunto que ficou pendente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Certo. Comunico a V.Exa. que a Ordem do Dia no Senado já começou e já estão cobrando. Represente-me, por favor, Senador Inácio Arruda.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento V.Exa., o Relator, o Relator do OGU, Deputado Chinaglia, o Relator da LDO, Deputado Márcio Reinaldo, a Ministra Miriam Belchior.

Devo dizer, inicialmente, Ministra, que das apresentações que tivemos da LOA e do PPA essa foi uma das mais completas. V.Exa. efetivamente demonstrou, tanto na transparência, quanto na utilização do tempo, uma abrangência realmente maior do que usualmente nós temos presenciado.



E eu queria fazer algumas indagações. Eu vou deixar as perguntas para o final. Já estão aqui, vou formulá-las de uma vez só, mas queria, antes de apresentá-las, tecer alguns comentários.

Primeiro, Ministra, em relação à LDO. Nós tivemos aqui um trabalho enorme, hercúleo e o consenso nesta Casa é difícil. No entanto, conseguimos consenso na proposta, cuja lavra foi do eminente Relator Márcio Reinaldo, em que 32 emendas foram apresentadas. E nós sabemos que a prerrogativa do Congresso de poder discutir e decidir sobre matéria orçamentária é clara no Estado de Direito e no regime democrático. Até porque, diante das diferenças regionais, nós, Parlamentares, Congressistas, Senadores e Deputados, temos que levar em consideração não apenas a questão da população como as diferenças dos Estados e das Regiões que integram nosso País.

Diante disso, quando o nobre Deputado Márcio Reinaldo apresentou as emendas, claro que é um direito do Executivo vetá-las, mas vetar as 32 emendas, Ministra? Trinta e duas emendas vetadas.

Eu achei até que haveria, por parte da base do Governo, alguma manifestação. Por quê? Foi consensual. Houve apresentações de emendas das oposições? Houve, da minha parte, da parte do Deputado Rogério, representando os Democratas e o PSDB, mas também os partidos da base assim o fizeram. E nós ficamos surpresos. Eu, pessoalmente, fiquei surpreso com o veto das emendas apresentadas à LDO. E vetos que considerávamos e consideramos importantes.

Por exemplo: seria certo aumentar de 54,7 para 56,2 do Produto Interno Bruto a dívida bruta, de acordo com o que foi enviado pelo Governo no Orçamento para 2012? Seria não estabelecer limites para a contenção das despesas primárias? Seria não ter aceito, como propusemos, na LDO, que o Governo não poderia gastar mais do que arrecada? Seria não ter aceito uma meta para o déficit nominal, que não poderia ser superior a 0,87% do Produto Interno Bruto?

Ou seja, demonstrar clara e cristalinamente aos demais países do mundo que o Governo brasileiro teria um compromisso real com o controle dos gastos, num cenário inclusive de crise internacional, que recrudesce nesse momento, ao invés da simples intenção de promover esse controle de gastos, esse controle de déficit. Ou seja, a diferença era conceitual: estabelecermos uma meta para perseguí-la ou uma



intenção para podermos ter a meta atingida. Ou ainda, Ministra, contingenciar os investimentos e aumentar o acúmulo do OGU paralelo, que são os Restos a Pagar, causando não apenas sofrimento aos inúmeros Prefeitos e Prefeitas brasileiras, Governadores, gestores, Governo de Estados, que têm os investimentos contingenciados. Também, Ministra, já foi dito aqui, na questão dos funcionários públicos, que o Orçamento prevê uma possível admissão e contratação de até 137 mil servidores. Como não se prevê recursos para o Poder Judiciário?

Em especial, temos aqui a presença dos trabalhadores da FENAJUFE (*palmas*), que estão reivindicando de forma coerente. A informação que temos é que eles estão há 6 anos sem reajuste.

Se, por um lado, se prevê contratação, e do outro, não se prevê reajuste, num cenário em que no ano passado houve reajuste de diversas categorias, temos algumas contradições, e nós, do Parlamento, somos a favor do ajuste fiscal.

Uma das emenda que o Democratas apresentou foi no intuito de forçar a barra nos gastos de forma irresponsável. Pelo contrário, votamos a favor e somos a favor da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós achamos que o Brasil não pode fraquejar, tanto no controle das contas quanto no seu ajuste, mas as demonstrações que temos visto, principalmente em relação às despesas primárias, ao custeio, são de aumento cada vez maior, ano após ano.

Por outro lado, temos percebido alguns, digamos assim, bodes na sala. Por exemplo, todo ano esta Casa exige, representando o povo que nos elege nos Estados, e o Senado corrobora e avaliza, que a Lei Kandir seja prevista no Orçamento. E todo ano o Governo envia a proposta orçamentária sem a previsão dos recursos para a Lei Kandir.

Nós achamos que isso é uma forma de dizer: *“Ah! vamos negociar”*. Mas essa negociação tem que passar talvez por outros pontos. Por exemplo, comumente — e aqui os técnicos da Comissão Mista de Orçamento raramente erram, e eu, pelo menos não vi um erro ainda — o Orçamento é enviado com as receitas subdimensionadas. Nós aqui, às vezes, as elevamos. Se formos comparar os últimos anos, houve muito mais acertos por parte da Comissão de Orçamento do que do Governo na previsão de receita. Com isso, achamos que temos a



responsabilidade de fazer o certo — e iremos fazê-lo — para atender às demandas que nos são apresentadas.

Por fim, em relação à DRU — Desvinculação de Receitas da União, foi vinculada a ela a liberação das emendas parlamentares. Não sei se os nobres colegas aqui observaram que dos 8 bilhões, salvo engano, das emendas parlamentares, seis vírgula alguma coisa está condicionada à aprovação pela DRU.

Pergunto a V.Exa., Ministra: isso é uma forma de pressionar para aprovação da DRU, condicionar as emendas parlamentares à aprovação da Desvinculação de Receitas da União? E caso a DRU não seja aprovada, como ficarão as emendas parlamentares?

Bom, dito isso, em relação ao PPA, eu me ombreio com o que colocou o Deputado Rogério ao dizer que não houve a apresentação prévia para que o Orçamento seja discutido, está sendo correlato. E nós achamos que os valores não foram especificados. Como a gente vai poder no Orçamento, sem os valores especificados no PPA, definir os investimentos? Eu acho que vamos ter um problema.

Por isso vou passar para as perguntas diante do que foi exposto. Primeiro, com o afrouxamento das metas de superávit primário ao longo dos anos, paralelamente à elevação da dívida bruta, podemos prever um cenário de descontrole nas finanças públicas e conseqüente aumento do Risco Brasil? As metas irreais, como também o veto da Presidente à meta do resultado nominal não demonstra a falta de compromisso do Governo com o aumento do rigor fiscal, em um cenário de crises cada vez maiores nos países do Primeiro Mundo? Como o Governo irá prever recursos para a contratação dos 170 mil novos funcionários? E, neste caso, como ficarão os reajustes do Poder Judiciário?

Por fim, Ministra, em relação à Lei Kandir, qual é a previsão? O que o Governo fará em relação aos recursos do PPA? Não, desculpem-me, os recursos da Lei Kandir. E em relação ao PPA, como ficará a falta de valores nos seus quadros? Agradeço a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Confesso que estou em dúvida se o Presidente Vital do Rêgo estabeleceu dois ou três Deputados. *(Pausa.)* Quatro, inicialmente, obrigado.





O próximo inscrito é o Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Sra. Ministra, parabéns pela exposição. Vou repetir, a senhora foi maravilhosa no mês de março, quando a senhora foi a primeira dos agentes maiores do Governo que quis receber o grupo da Saúde, Senadores e Deputados, e lá foram 32. A senhora foi tolerante e paciente. Eu estava do seu lado. O Deputado Saraiva Felipe abriu a reunião, depois eu coordenei o resto. E vi que a senhora anotou tudo, as informações reais que os Parlamentares estavam lhe passando. A senhora ficou 2 horas conosco. Nós lhe agradecemos profundamente.

De outro lado, domingo a Presidenta Dilma surpreendeu na entrevista ao *Fantástico*. Alguém disse: *“Presidenta Dilma, o dinheiro da saúde...etc, etc.* Ela disse que a CPMF foi desviada e disse: *“Nós, na saúde pública do País, gastamos dois e meio vezes menos do que na saúde privada.”* E é verdade, o gasto é mais privado do que público e pega mais os assalariados. Golaço da Dilma. *“Um País desse tamanho, o maior da América Latina, com a maior economia, gasta 42% menos na saúde do que a Argentina. Gastamos menos do que os países da África.”* E a nossa querida Presidente continua: *“Para dar saúde de qualidade, nós vamos precisar de dinheiro, sim.”* — domingo de noite para 50 milhões de telespectadores. *“Não tem jeito”* — disse ela, firme, serena. *“Tem que tirar de algum lugar.”*

*“Agora, o Brasil precisará aumentar o seu gasto com a saúde.”* Vou repetir: *“Agora — meu caro Deputado Arlindo Chinaglia —, o Brasil precisará aumentar o seu gasto com saúde.”* Ponto. E usou um advérbio de modo — faz tempo que eu não estudo português, acho que é advérbio de modo —, *“Inexoravelmente.”* Ponto. E a Patrícia perguntou: *“Isso seria quando?”* S.Exa., a Presidente da República: *“O mais rápido possível.”*

Parabéns, Sra. Dilma. Eu não tinha ouvido, nos meus 35 anos de médico, 16 de Parlamento, uma Presidente com uma posição tão firme como teve no discurso de posse; depois silenciou, e agora resolveu dizer com clareza.

Aí, eu vejo a proposta orçamentária. Eu vou concordar com a senhora. Está cumprindo a Emenda 29. Aplicou o PIB nominal. Indiscutível. Claro, ficaram os Restos a Pagar etc. para trás, mas cumpriu e vem cumprindo. Aí, vejo os orçamentos dos outros Ministérios, e o Orçamento da Saúde não casa com o



discurso da nossa Presidenta. Ela mostrou que ela conhece. E o que aumentou é muito pouco, muito pouco, Sra. Presidenta.

Eu li o programa temático. A equipe do nosso extraordinário Ministro Padilha trabalhou. Tem atenção básica, fala do DENASUS, mais auditores — e é preciso mesmo —, menos concurso no Poder Judiciário, menos concurso na Receita Federal, e mais concurso no Ministério da Saúde, mais auditores. Atenção especializada, quase não fala aqui. Chama, mas quase não fala. A senhora sabe, a senhora anotou: de cada 100 reais que o SUS compra de serviços, paga 60 reais de custeio. Por isso, temos a crise dos hospitais universitários; por isso, temos a crise das Santas Casas, que são as maiores parceiras do SUS; quer sim, quer não, maiores parceiras do SUS. Um parto custa R\$1.400, o Ministério paga R\$500; uma UTI, R\$1.200, o Ministério paga R\$450. E aqui não tem nada sobre isso. A atenção básica precisa muito mais do que tem aqui. Atenção básica, reconhecidamente, precisa muito mais. Nós vamos atacar a crise do SUS pela atenção básica, primeiro, e também pela atenção especializada, média e alta complexidade. Não tem nada, Ministra! V.Exa. anotou tão bem. Olhe de novo, olhe de novo. Depois, converse com o Deputado Arlindo Chinaglia e libere na reestimativa, para o Deputado Arlindo Chinaglia consertar um pouco.

Agora, vamos às perguntas. Brasil sem Miséria, sim, mas Brasil sem Miséria passa por educação e as pessoas viverem com saúde. Sim, Brasil sem Miséria, educação e saúde, Sra. Ministra! E vai ser ação consagrada da equipe da Presidenta Dilma, se assim o fizer. Mas não aparece aqui muito. Coitado do Ministro Padilha. No fim deste ano, vai faltar dinheiro para pagar o mês de novembro. E coitado do Ministro Padilha no ano que vem, porque vai faltar, de novo, dinheiro para fechar. E, hoje, é aniversário dele!

Perguntas...

**A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR** - O senhor já deu o presente. O senhor está dando o presente dele aqui agora. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Não. O presente é da senhora, que é a dona do cofre. *(Risos.) (Palmas.)*

Sra. Ministra, perguntas. Sairá a votação da regulamentação da Emenda 29 na semana que vem. É o destaque. Rejeitado, o projeto vai para o Senado, e o



Senado ficará com a decisão de votar o seu projeto original, que a sociedade toda discutiu, inclusive o Ministério da Saúde, escondido da área econômica, na época, e o Senado aprovou; ou o projeto da Câmara, que foi estragado. Nós estragamos o projeto, estragamos uma parte. Mas se por acaso passarem os 10% das receitas correntes brutas, onde a senhora vai buscar o orçamento? Essa é a primeira pergunta.

Se passar o projeto do Senado e não o desfigurado por nós. Nós estamos fazendo todo esse trabalho para mandar o projeto para lá e fazer a grande discussão no Senado, meus queridos companheiros. Isso é o que queremos fazer. E se passarem os 10%, onde a senhora buscará o dinheiro? Eu tenho uma sugestão. Em outra oportunidade, vamos visitar. É uma questão de escolha.

Vamos às perguntas. Eu vi que, na Agricultura e no Turismo, o orçamento está pobre, muito pobre. Eu não sei por quê. São dois Ministérios do PMDB. Acho que não tem nada a ver. E vejo o Ministério do Desenvolvimento Agrário multiplicando cada vez mais o dinheiro. Esquecem o Ministério da Agricultura, que faz a política maior. Hoje, nossa balança de conta corrente está sustentada pelas *commodities*, grãos e carne, Ministério da Agricultura, e as *commodities* de minério. E está tão pobre o orçamento! Nós vamos ter que trabalhar essa questão.

Não sei. São dois Ministérios nossos. Mas acho que não tem nada a ver.

Moradia. No programa Minha Casa, Minha Vida, fase 2, foram 127 bilhões que a Presidenta Dilma lançou. Dá 18 bilhões de subsídios. A senhora acha que esses 18 bilhões anuais vão chegar aos pobres ou à classe média e média alta? O que a senhora acha?

Eu vi que não está de novo. O Congresso vai decidir ou não? Quero saber sobre a decisão de emissão de títulos do Governo, passar ao Tesouro e o Tesouro passar ao BNDES, e o BNDES emprestar a um pequeno grupo de grandes empresas a 6% ao ano e captar 12%? De novo? Isso não consta aqui. Quer dizer, se o Tesouro fizer isso de novo, vamos de novo não ser ouvidos. Achei que o planejamento seria mais ousado. Foi vetada a LDO, mas achei que o planejamento seria mais ousado. Gostaria que a senhora comentasse rapidamente isso.

Sobre as reservas cambiais. Se por acaso o Brasil reduzisse as reservas cambiais, porque já há muitos economistas, inclusive petistas, como Amir Khair,



dizendo que não precisa mais de 353 bilhões de dólares, que tem um custo anual de 70 bilhões. Não sei se está aqui. Pergunto se está aqui. Será precisa esse tamanho de reserva com tamanha necessidade? Queria saber sua opinião, rapidamente. Em 30 segundos a senhora responde.

Para encerrar, pois o Deputado Arlindo já me avisou, quero cumprimentar a Presidenta Dilma. O PMDB tem uma posição bem clara. A bandeira do PMDB é saúde. Nós somos Governo e vamos, dentro do Governo e aqui nesta Casa, discutir a solução de vez para o financiamento de saúde com gestão, de vez, de vez. Não basta apenas gestão.

Dois, Código Florestal e agricultura, educação e liberdade para a imprensa são bandeiras nossas. O PMDB também irá discutir a questão da política de juros.

E aí encerro com um elogio à Presidenta Dilma, que teve coragem de começar a reduzir a Taxa SELIC. A senhora sabe que a cada 1% da Taxa SELIC reduz-se 16 bilhões do serviço da dívida. O Presidente Lula dobrou a dívida interna. Este ano são 220 bilhões de reais o serviço da dívida, meus caros Deputados. Quem sabe a senhora ajuda a Presidenta Dilma a reduzir a Taxa SELIC, sem medo, ousar, como ela fez nos 0,5%. Ousar! Que ela olhe para os mais necessitados, para os assalariados e também para os que precisam. O Estado existe em função das pessoas, não para a PETROBRAS, não para as grandes construtoras, mas para as pessoas.

Então, que a Presidenta Dilma olhe mais para as pessoas, os desvalidos, os mais necessitados e bem menos para o capital. Isso passa por uma política mais ousada, macroeconômica.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Com a palavra o Deputado Edmar Arruda.

**O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA** - Sra. Ministra, quero também parabenizá-la pela apresentação, porque realmente nos dá uma visão clara daquilo que o Governo está pensando em fazer.

Primeiro, quero, com a permissão do colega que me antecedeu, elogiar o programa Minha Casa, Minha Vida, e colaborar na resposta dizendo que a maior



parte desse recurso é aplicado às famílias de baixa renda, em especial às famílias que ganham abaixo de 10 salários.

Nos últimos 35 anos — conheço um pouco sobre habitação —, jamais vi no Brasil um programa como esse. A Presidenta e o próprio Presidente Lula estão de parabéns.

Tinha outras perguntas, mas os colegas já as fizeram. Quero me ater a uma situação gravíssima para a qual não estamos apresentando uma solução, a questão da saúde.

O colega disse que é bandeira do PMDB e também creio que de 100% dos Parlamentares — são bandeiras a saúde, a educação, a segurança, a geração de emprego, etc.

Estive em Marabá, no Pará. Sou do Paraná. Lá temos o Hospital Universitário. Penalizo-me ao ver o sofrimento das pessoas no Hospital Universitário. Em Marabá, fui ao Hospital Municipal e confesso à senhora que passei mal ao entrar lá. Tive ânsia de vômito ao entrar na UTI. Vi a precariedade e a forma como o ser humano, irmão nosso está sendo tratado na saúde por esse Brasil afora.

Quero pegar uma carona na fala da Presidenta Dilma com relação aos investimentos na saúde. Saiu uma notícia de que o Brasil gasta 40% do que precisaria gastar para que pudéssemos dar uma saúde de qualidade para o nosso povo. E aí fiz uma regrinha de três. Se estamos prevendo um PIB de 4,5 trilhões para 2012, estamos prevendo um investimento na saúde de 71 bilhões, isso representa 1,5%. Se 1,5% são 40%, precisaríamos 4% do PIB — é mais ou menos isso se eu não estiver errado nas contas.

A minha pergunta objetiva é: se aprovado a CSS junto com a Emenda 29, de quanto seria esse recurso? Esse recurso seria suficiente para complementarmos esse valor? Qual a segurança que a população brasileira teria de que não aconteceria o mesmo que aconteceu com a CPMF, ou seja, que seria desviado descaradamente do propósito de utilizar na saúde? Qual seria a segurança do povo brasileiro para que esse Congresso pudesse encarar e aprovar uma contribuição como essa, quando a maior discussão no País é pela desoneração da folha de pagamento, pela redução da carga tributária, etc?



Quero dizer à Ministra que sou do PSC, partido da base do Governo, e estamos defendendo um projeto de equilíbrio fiscal, mas não sou da área da saúde. Como cidadão, como cristão, como ser humano, faço um apelo a V.Exa., a fim de que possamos buscar um investimento maior do que esse.

Visitei a Santa Casa de Maringá e peguei o relatório deles. Para cada R\$10.000 gastos atendendo o SUS, eles recebem de ressarcimento apenas R\$6.500. Isso é conta, é matemática, é relatório, é gerencial. Aí eles têm que atender uma outra parte no particular para poder pegar o ganho do particular e cobrir o déficit do SUS. Acho que isso não é justo. E olha que a Santa Casa de Maringá é um exemplo de atendimento.

Por não ser da área da saúde, por não ter interesse algum direto na área da saúde, mas como cidadão, faço um clamor para que V.Exa. busque, junto com esta Casa, junto com o Senado, uma solução para fazermos mais investimentos nessa área.

Muito obrigado, Sra. Ministra.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Obrigado a todos.

Vamos ouvir mais um Parlamentar, Deputado Gilmar Machado, depois a Ministra se pronunciará.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - Sra. Ministra, quero, em primeiro lugar, cumprimentá-la, cumprimentar sua equipe e, ao mesmo tempo, dialogar com relação a algumas questões já levantadas. Pessoalmente, tenho uma visão um pouco diferente das aqui já expressadas. Faço um diálogo com relação à questão da receita.

O Relator, Deputado Arlindo Chinaglia, vai ter que cuidar de algumas questões. A primeira fase do relatório do Deputado Arlindo Chinaglia é exatamente o relatório de receita, cujo Relator é o Senador Acir Gurgacz. O Deputado Claudio Cajado disse, e tenho que concordar com S.Exa., que nos últimos 5 anos o planejamento não acertou a receita. O Ministério da Fazenda também não conseguiu acertar nenhum ano. Não por que não quis acertar, mas entendemos que a forma de elaboração para fazer a receita era colocar um pouco abaixo.

**(Não identificado)** - É dolo?



**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - Não é dolo. A avaliação que estava sendo feita era uma forma e depois mudou. Aqui nós temos acertado.

Vamos ter que acertar algumas questões. A Lei Kandir não tem saída, vamos ter que fazer um ajuste. A Lei Kandir não existe, mas temos a compensação do destaque que não foi resolvida. Então, isso é real. Não temos como escapar disso. Alguma coisa vamos ter que apresentar. Esse projeto é um erro nosso, nós não votamos. Então, se não votamos, temos que ter alguma compensação até resolvermos o problema da compensação dos Estados, a questão da exportação.

Segunda questão. O Deputado Darcísio Perondi coloca com clareza. No ano passado acrescentamos à receita da saúde perto de um bilhão e meio, não é isso, Deputado Perondi, um bilhão e meio na média e na alta complexidade. E eu entendo que na atenção básica precisamos colocar alguma coisa. Acho que para ajustar, não sei se deveríamos repetir o valor do ano passado, mas alguma coisa temos que colocar.

**(Não identificado)** - Dez bilhões.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - Dez bilhões, não. Vamos trabalhar com números mais realistas. Então, acho que o Relator terá de fazer algo.

A minha avaliação é que iremos acrescentar, Ministra, à receita no mínimo entre 20 e 30 bilhões, que foi mais ou menos o do ano passado, e não erramos. Tanto é que V.Exa. ficou feliz, assim como a Presidenta, quando tivemos um superávit. E, agora, mandou um crédito para cá aumentando o superávit em mais de 10 bilhões.

Houve uma questão atípica. Tudo bem. No ano que vem vamos ter uma questão atípica, que é o SIMPLES. Entre 20 a 30 mil novas empresas vão voltar para o SIMPLES e vão pagar o refinanciamento. Isso é dinheiro que vai entrar. Isso não está previsto. Então, vamos ter que saber trabalhar com esses dados.

Portanto, quero saber como a senhora avalia esse trabalho. Vamos ter que fazê-lo em conjunto, pois não queremos irresponsabilidade alguma. Ao mesmo tempo, sabemos que a crise é mais grave este ano, apesar de também sabermos que temos algumas coisas que nos dão mais segurança.

Com um salário mínimo desse, que chegará perto de R\$620, o trabalhador não irá pegar esse dinheiro e pôr na poupança, mas sim gastá-lo. Ao gastar, vamos



pegar esse dinheiro de volta no imposto. Então, logicamente a movimentação da economia vai ser maior.

Como podemos tentar nos aproximar mais realisticamente dos números? Quanto aos Restos a Pagar, como o Deputado Rogério disse, acho que V.Exa. fez uma coisa correta. Zerou 2005, 2006, e vamos começar a enxugar. Isso melhorou muito o pagamento dos Restos a Pagar. Com isso, no ano que vem vamos ter um orçamento muito mais realista do que estamos tendo este ano. É outra coisa que quero saudar.

Uma outra questão é com relação aos servidores. Quero encerrar falando disso. A política de negociação com as demais categorias foi correta. Tanto é que a educação fechou o acordo. Somente uma categoria não fechou o acordo, todas as outras fecharam e vieram os reajustes. Infelizmente, tivemos um problema com a FASUBRA, mas todas as outras fecharam o acordo. Já há reajuste, Deputado Arlindo Chinaglia, para a educação.

Vamos contratar 137 mil professores, Deputado Claudio Cajado, para a expansão do PRONATEC e de outros. O Governo já construiu a estratégia de desenvolvimento. Acho isso muito correto, e o PPA expressa essa visão.

Para encerrar, temos, Sra. Ministra, que achar uma saída para o Judiciário. Temos que fazer uma negociação conjunta. Pessoalmente, tenho expressado isso com clareza. Nós temos, no Orçamento de 2011, recursos para parte do reajuste do Judiciário no orçamento de magistrados. Em 2011, temos que começar. Se podemos resolver parte agora, por que vou deixar todo o problema para o ano que vem? Vamos começar a resolver. Essa é a minha proposta.

Vamos conversar também com os servidores para acharmos uma solução. Pessoalmente, nunca defendi e não defendo os 56%, mas não podemos deixar todo o ano o Judiciário sem nada. Alguma coisa temos de fazer. Tenho certeza de que o Deputado Arlindo Chinaglia vai achar uma proposta correta para fazermos algo conjuntamente, a fim de que possamos discutir com o Planejamento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Quero consultar as duas partes, os Srs. Deputados e a Ministra. O Deputado José Priante entende que devemos continuar as participações.





**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Sr. Presidente, se V.Exa. permitir, até porque temos direito à tréplica, seria bom que a Ministra respondesse, para ver se surge alguma dúvida, porque senão fica muito longo.

**(Não identificado)** - Deputado Claudio Cajado, há outros Deputados querendo falar também.

**(Não identificado)** - Temos poucos Parlamentares presentes.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Mas claro.

**O SR. DEPUTADO RUI COSTA** - Pela sua capacitação técnica e eloquência, V.Exa. ocupa todos os espaços.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - O que é isso, Deputado Rui Costa. Pelo contrário, é porque fica mais, na minha opinião, informativo e ilustrativo fazermos dois ou três blocos. Assim seria melhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Gostaria de consultar os senhores se devemos ou não continuar em um bloco só.

**(Não identificado)** - Questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Só um. É pela ordem.

**(Não identificado)** - Eu entendo que temos poucos Parlamentares na Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Um, dois, três, quatro, cinco. Ainda há cinco Parlamentares.

**(Não identificado)** - Eu acho que, a partir da palavra da Ministra, efetivamente vai esvaziar a Comissão, e ninguém vai mais...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Vamos tocar, a maioria quer que toque de uma vez. Até porque esvazia. Deputado José Priante com a palavra. A Ministra está voltando.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Hoje estou como Líder de plantão, e vai começar a Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - É mais necessário tocar de uma vez.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Mas eu teria problema de permanecer.



**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Mas sua ausência será substituída, não à sua altura física, mas à sua altura intelectual, pelo Deputado Efraim Filho. Só um segundo, a Ministra está voltando. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado José Priante.

Sra. Ministra, consulto V.Exa. se podemos fazer um bloco só, até para dar mais celeridade.

**A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR** - Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Pediria aos cinco Parlamentares inscritos — Deputado José Priante, Deputada Luciana Santos, Deputado Vaz de Lima, Deputado Marçal Filho e Deputado Rui Costa — que tenhamos o poder da síntese e façamos as objetivas perguntas à nossa Ministra.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** - Prezado Presidente, prezada Ministra, já sou o sétimo orador e fico com espaço restrito de questionamentos. Na verdade, as perguntas que me passaram na mente para fazer à Ministra foram, de certa forma, telepaticamente surrupiadas por alguns Parlamentares, a começar pelo nosso Relator-Geral, que fez perguntas gerais, já que é Relator-Geral, e acabou se somando aos questionamentos de outros Parlamentares.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar a Ministra pela presença e dizer que o anúncio do PPA sempre traz boas notícias, porque, na verdade, são metas anunciadas para o País. Cria-se expectativas. É o desenho de boas intenções, de vontades, de expectativas estudadas. Mas, ao mesmo tempo que se cria um projeto de PPA, evidentemente vem a pergunta de onde vem o recurso. E aí é claro que acaba remetendo à construção do PPA, ao Orçamento anual e ao que estamos nos debruçando nesta hora no Congresso.

Bem, iria fazer um questionamento no que diz respeito à questão da entrevista da Presidenta Dilma. Aliás. Aliás, foi uma entrevista muito simpática, muito agradável. Abriu o palácio para nossa também simpática repórter da *Rede Globo*, Patrícia Poeta, e foi uma entrevista muito interessante. Mas deixou algumas coisas nas entrelinhas. E eu fiquei realmente um tanto quanto curioso por saber das citações relativas à saúde, porque a Presidenta disse que é contra a CPMF, pois a contribuição tomou um rumo que historicamente não deveria ter tomado no País. Mas também fez a consideração de que há necessidade de se cobrir a questão



orçamentária no que diz respeito ao enfrentamento da saúde. Aí nós podemos imaginar que está em curso a construção de uma nova fonte de receita, de um novo desenho orçamentário para a construção da receita relativa à saúde.

Um outro questionamento que é sempre oportuno fazer, já que as minhas perguntas, do ponto de vista específico, já foram manifestadas, é no que diz respeito a esse embate permanente, e não é uma particularidade do Governo da Presidenta Dilma, sobre as emendas individuais dos Parlamentares, Senadores e Deputados.

O Orçamento brasileiro fez, no meu entendimento, uma divisão em categorias: o orçamento classe A e orçamento segunda categoria, o tal dos demais. Então, o que não está no PAC está nos demais. Classe A é o PAC, e segunda categoria são os demais. O orçamento é uma briga. Se você quer que aconteça, tem que transformar aquilo em PAC. Se não vai acontecer ou relativamente não vai acontecer, vai estar no terreno dos demais. Então, essa é uma discussão que invariavelmente acontece no Congresso e acontecerá na Comissão de Orçamento.

Percebo a ansiedade dos gestores municipais — esse é um sentimento que com certeza têm todos os Parlamentares, porque sofrem pressão nesse sentido — e uma preocupação inevitável no que diz respeito ao aperto orçamentário, especialmente os Municípios do Norte do Brasil, do Estado que represento, o Pará, e do Nordeste, que não têm nenhuma capacidade de investimento. É zero. Eles estão começando a fazer a conta do salário mínimo. Quer dizer, a partir do ano que vem, como ficará? Ser Prefeito passou a ser um grande desafio, um desgaste. É um gestor de folha de pagamento.

As emendas individuais, por mais que os governos entendam como uma coisa secundária, para essa unidade federativa é algo que passa a ser fundamental, porque é minimamente uma capacidade de investimento. Então, não é uma ânsia do Parlamentar, é um retrato do municipalismo brasileiro, que, por sinal, está aí. A marcha dos Prefeitos está aí em volta dos nossos gabinetes. É uma oportunidade de ter uma palavra da Ministra, que cresce a cada presença nesta Comissão, com o seu prestígio, de consolo e de conforto a essa expectativa do Congresso Nacional.

Eu não quero ver o meu amigo Arlindo Chinaglia passar para a história como um Relator que reduziu a cota das emendas dos Prefeitos, não é? Ministra, não faça isso com o nosso amigo, não deixe que o Governo faça isso. Nós não queremos



isso para o nosso Relator-Geral do orçamento, o Deputado Arlindo Chinaglia, até porque eu sou um Relator setorial desse orçamento e não quero que isso aconteça sob a Presidência do nosso Senador.

Então, essas questões, de certa forma, desenham o dia a dia da Comissão de Orçamento. Uma outra questão que me faz levantar a oportunidade nesta hora é que o PPA é um desenho de metas, orçamento é um desenho de receitas, expectativas na construção do próprio PPA.

Eu sou de um Estado minerador, o Pará, que perdeu grandemente com a Lei Kandir, porque deixou de recolher ICMS na produção mineral e não teve a compensação. O paraense está vendo o ciclo mineral acontecer numa crescente. Os bens minerais são não renováveis, se exaurem, e nós não podemos ter essa perspectiva de um ciclo de riqueza que contribui substancialmente com a balança comercial do País — se o Pará fosse um País nós seríamos extremamente superavitários —, e não ter a compensação relativa a toda essa exploração mineral. E, junto com o Pará, há Minas Gerais, Maranhão, Bahia e outros Estados onde o minério ainda está escondido e com certeza ainda vai aflorar neste País de subsolo tão rico.

Estão sendo desenhadas, nos gabinetes do Governo, três novas leis para o Brasil: a lei do marco regulatório da mineração, a nova lei de *royalties* do minério e a lei que vai estabelecer a criação de uma agência mineral no País. Nós, Estados mineradores, estamos sob tremenda expectativa no que diz respeito a essa matéria, até porque pode ser um caminho para a redução do desequilíbrio de sermos um Estado minerador e não termos a compensação relativa à exploração do minério.

Então, vejo a questão com uma expectativa positiva. Afinal de contas, o petróleo tem uma compensação de cerca de 10%, e os de minérios, 2% do líquido da mineradora.

Essas são curiosidades típicas do Congresso para que a Sra. Ministra, se puder, nos esclareça de alguma forma, porque são fontes de receitas e expectativas que temos no Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - O.k, Deputado José Priante.

Com a palavra a Deputada Luciana Santos, renovando a todos o pedido de que sejam objetivos.



**A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS** - Saúdo o Presidente da Comissão, os Srs. Deputados e a Sra. Ministra, que, mais uma vez, faz uma grande exposição sobre as metas e o conteúdo do programa que se espelha na peça orçamentária. Sem dúvida nenhuma, os compromissos da Presidenta Dilma com o povo brasileiro são retratados na peça orçamentária.

Atendendo ao apelo do Presidente para que sejamos objetivos, quero levantar apenas duas preocupações que tive nessa rápida apresentação e por força de algumas visitas que recebi dos movimentos sociais. Recebi ontem a visita da CFEMEA, entidade feminista que acompanha a política para as mulheres na Câmara dos Deputados, e também da Articulação de Mulheres Brasileiras. Antes da sua chegada, Sra. Ministra, eu estava exatamente com a bancada feminina, com a Ministra Gleisi Hoffmann e com a Ministra Ideli Salvatti tratando desses assuntos.

A primeira preocupação diz respeito à diminuição da previsão orçamentária tanto para a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial como para a Secretaria de Direitos Humanos. Essas Secretarias, muito relevantes e estratégicos para o País, tiveram um corte expressivo num momento em que estamos enfrentando desigualdades. Penso que esses são gargalos importantes e precisaríamos, pelo menos, manter a previsão orçamentária de 2011 para 2012.

A outra questão que levanto penso ser estruturante para o País. A cada vez que pensamos na agenda de desenvolvimento do País um dos indicadores decisivos para aprofundar essa agenda é, sem dúvida, a taxa de investimento. Isso em qualquer parte do planeta. Quando a Nação se prepara para, de fato, induzir o seu crescimento, desenvolver as suas vocações econômicas a garantia daquilo que chamamos de economia real está concentrado na taxa de investimento.

Desde o Governo Lula, e agora continuado no Governo Dilma, a política macroeconômica sempre foi a combinação de dois fatores. Um é a manutenção de algumas variáveis da política macroeconômica ainda do Governo anterior, como é o caso do ajuste fiscal, com mudanças, claro, para melhor. Há uma flexibilização da política fiscal, mas permanece uma variável importante, até para manter o controle inflacionário e o tripé em que se sustenta.. Essas variáveis não só a inflação e também o câmbio, políticas que os países estabeleceram como parâmetros de



monitoramento — e, mal ou bem, há uma flexibilização desse monitoramento na política macroeconômica mais recente do Governo.

Mas o que me chama atenção é que se, por um lado, existia a permanência de um ajuste fiscal, por outro, havia, por parte do BNDES, por parte das estatais, que, sem dúvida alguma, têm uma estrutura com força econômica, são indutores do desenvolvimento nacional, a decisão política de fazer com que esses órgãos — a rigor, se pudéssemos, toda arrecadação tributária estaria voltada para isso — induzissem e fomentassem o desenvolvimento.

Também me chama a atenção o fato de que, mesmo com o crescimento do PIB previsto de 2011 para 2012, há uma redução dos investimentos das estatais, pouca, mas há.

Então, quero levantar essas dúvidas para obter esclarecimentos sobre o que é possível fazer além das emendas orçamentárias, que é uma praxe na Casa, para alavancar algumas das previsões orçamentárias em relação às diversas políticas do País.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra o Deputado Vaz de Lima, do PSDB de São Paulo, prócer altíssimo do PSDB de São Paulo, gente muito boa.

**O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA** - Obrigado, Presidente.

Vou ser o mais objetivo possível.

Quero cumprimentar a Ministra e também dizer que gostei da exposição. Acho que ela tem um nível de transparência, se não total, razoável o suficiente para a nossa compreensão nossa.

Três pontos, Excelência. Primeiro, em relação à saúde. O Governo não quer de fato regulamentar a Emenda 29?

Segundo, o Governo vai insistir na criação de um tributo, contrariando a expectativa da sociedade brasileira e elevando ainda mais a carga tributária?

Lei Kandir. Já tivemos, em 2005, um imbróglio semelhante a esse que podemos ter agora. Naquela oportunidade, o Congresso Nacional foi chamado e deu a sua contribuição. Mesmo sendo uma política de Estado — papel cumprido naquele momento —, colocou 3,4 bilhões de reais para compensar o ICMS e 1,8 bilhão para fomentar a exportação. Portanto, 5,2 bilhões. A partir daí, no ano seguinte,



acertadamente, o Governo começou a colocar no Orçamento 2,6 bilhões e 1,3 bilhão. Não vimos isso agora. Acho que o Governo está, de fato, se apropriando das receitas para cobrir outras despesas. Isso não está correto, Excelência. Os Estados não podem viver sem esses recursos, assim como os Municípios. É direito deles.

Vamos enfrentar o desafio de regulamentar para valer essa situação. Quero crer que o Relator Arlindo Chinaglia vai fazer justiça aos Estados e Municípios. Os recursos da Lei Kandir não podem deixar de existir, Excelência.

Terceira questão. Aquele quadro que V.Exa. apresentou e que estava com problema, eu pedi para buscar. Evidentemente, não encontrei o quadro novo, mas encontrei outro semelhante, de quando V.Exa. esteve aqui da outra vez. Programa de Aceleração do Crescimento; Orçamentos fiscal e da seguridade, 42,5 bilhões. Tenho o quadro daquela época um pouco mais detalhado.

E me chamou a atenção a infraestrutura logística. Está me parecendo, Sr. Presidente, que o País não está muito preocupado com a infraestrutura. Por quê? No ano passado, pelo quadro que tenho aqui, a dotação para infraestrutura logística — portos, aeroportos, ferrovias, adequação, construção, manutenção de rodovias — era 16,368 bilhões de reais. Para o ano de 2012, 16.812 bilhões.

Depois, fui catar também no PAC o investimento das empresas — e, aí, eu não tenho o comparativo do ano anterior: mais 106,8 bilhões, sendo 68,8 nas ações do PAC. E, como disse um Deputado que me antecedeu, os demais.

Excelência, todos dizem que o ideal seria investir 7% do PIB em infraestrutura. O Brasil investe, parece-me, coisa de 3%. Vamos ter um colapso. Ou vamos fazer mais investimentos em portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, hidrovias ou o Brasil vai ter um colapso, vai ter problema.

Então, quero que V.Exa. comente por que tão pouco investimento em infraestrutura, apesar dos recursos do PAC.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço ao Deputado Vaz de Lima.

Com a palavra o penúltimo orador, o Deputado Marçal Filho.

**O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO** - Sr. Presidente, Sr. Relator, infelizmente, quando ficamos para o final, corremos o risco de ser repetitivos.



Eu gostaria inicialmente, Sra. Ministra, de cumprimentá-la e de agradecer por ter mantido o art. 20, § 5º, da LDO, resultado de uma emenda por mim apresentada e que prevê um banco de projetos que diz respeito ao seu Ministério:

*“Os projetos técnicos cadastrados no âmbito do SICONV, aptos para execução e não conveniados, integrarão um banco de projetos, mantido no Portal de Convênios, no qual poderão ser disponibilizados projetos básicos e de engenharia pré-formatados para adesão”.*

Mas eu gostaria que avançássemos mais. Aqui fala apenas dos projetos conveniados do SICONV, mas seria conveniente que as obras de grande vulto do PAC — Programa de Aceleração do Crescimento também pudessem, Sra. Ministra, ser colocadas nesse banco de projetos, para que fossem maturados, pudessem partir de um planejamento, tivessem início, meio e fim. Com o planejamento feito assim, não correríamos o risco de ter obras inacabadas ou paradas. Muitas obras ficam paradas ou inacabadas exatamente porque não há, muitas vezes, o acompanhamento daquilo que é previsto no Orçamento e dos recursos disponíveis à época para sua execução.

Então, acho que isso é importante para a transparência, já que falamos tanto disso, mas é essencial para o próprio Governo.

Uma outra observação que queria fazer a V.Exa. Fui designado pelo Presidente e apresentei os relatórios das avaliações dos últimos oito anos dos PPAs. Percebemos que houve uma evolução de um PPA para outro. Nesse, sentimos certa involução num aspecto para o qual queria chamar a atenção de V.Exa., a falta de colocação de indicadores sociais. Não só a menção da meta de execução, mas se esses indicadores estão, ano a ano, sendo alcançados, para orientação do próprio Governo de forma geral. Às vezes, investe-se em um posto de saúde, investe-se na compra de medicamentos, já que estamos falando sobre saúde, mas não se sabe, ao final daquele ano, se conseguimos diminuir a mortalidade infantil, melhorar a taxa de natalidade, alcançar índices na educação básica, por exemplo.





Então, esperamos que o Relator possa corrigir isso, que esta Comissão possa assim fazer, até para a correção de rumos acerca daquelas coisas em relação às quais o Governo tinha expectativas e não alcançou.

Eu gostaria de indagar de V.Exa., Sra. Ministra, o porquê da não colocação desses indicadores sociais, ano a ano, repito, até para a própria correção dos rumos que o Governo às vezes tem de fazer.

Ao final, quero pedir a V.Exa. que se lembre dos aposentados. Não conseguimos repetir o que o Presidente Lula havia feito no ano passado. O Presidente Lula, inclusive, havia assumido um compromisso de que isso se seguiria, mas os aposentados que ganham acima de um salário mínimo ficaram de fora. Então, eu gostaria que V.Exa., com a sua sensibilidade, olhasse para essa questão. Aliás, temos um Governo que respira sensibilidade, porque é formado, pelo menos no topo do poder, por mulheres, e as mulheres são muito mais sensíveis às questões que dizem respeito a crianças e a pessoas mais idosas.

Por fim, quero parabenizar V.Exa. pelo trabalho que vem realizando à frente da sua Pasta.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Tem a palavra o último orador, Deputado Rui Costa, do PT de São Paulo. Da Bahia, desculpe-me.

**O SR. DEPUTADO RUI COSTA** - Eu até gostaria de ser paulista, mas Deus quis que eu nascesse na Bahia, e estou muito satisfeito com isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Além disso, V.Exa. só tem 2 minutos, o tempo regimental. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO RUI COSTA** - Quero saudar o Sra. Ministra, o Senador Vital do Rêgo e desejar toda a sorte do mundo ao Relator Arlindo Chinaglia. Pelas intervenções aqui feitas, o seu trabalho será fácilimo de ser realizado.

E tenho algo a dizer ao Deputado Gilmar Machado. Quando eu estava na escola de economia, um professor me disse assim: *“O economista que mais acerta no cálculo é aquele que faz o cálculo por último”*.

Por isso, os economistas mensalmente recalculam todos os índices, e vão fazendo isso de janeiro até novembro. Até o mês de novembro, um mês antes de encerrar o ano, eles recalculam e reestimam tudo, para tentar acertar.



Portanto, acho natural que esta Casa, como representa as necessidades e os anseios do povo, tente ser, e deve ser sempre assim, mais otimista no tocante às receitas do Executivo. E o Executivo, que tem a responsabilidade tanto de fazer políticas macroeconômicas quanto de conduzir este País, que é gigantesco, tem também a atribuição de planejar e de executar. Assim sendo, não pode correr o risco de estimar uma receita que não se realize. É melhor ter, eventualmente, alguma sobra de recurso, até para poder socorrer. Foi o que ocorreu este ano, quando o Governo, acertadamente, na minha opinião, mais uma vez, tomou medidas no sentido de dar estabilidade ao País e de fazer um aceno, interna e externamente, de que o País tem condições de enfrentar mais uma crise internacional, ao anunciar o contingenciamento de mais 10 bilhões para superávit primário. Então, é melhor que seja assim. É melhor distribuímos em 2012 uma sobra de receita do que sofreremos com indicadores ruins, que levem, eventualmente, à piora e à degradação das condições de vida do povo, com o crescimento da inflação etc.

Sra. Ministra, temos alguns assuntos importantes a tratar. E eu me somo à intervenção do Deputado José Priante, em dois aspectos. Primeiro, refiro-me à questão da saúde. Aqui, é unânime o desejo — porque esta Casa é o eco da sociedade — de um serviço de saúde melhor. Na Bahia, o Governador construiu mais 4 hospitais, mas ainda a população enfrenta fila para ser atendida, para fazer uma cirurgia, e não há condições de atender a todos. Foram 4 hospitais em 4 anos, mas ainda são insuficientes, não respondem à demanda.

Há unanimidade quando à necessidade de haver mais recursos para a saúde, e aqui nos dividimos quanto à origem. É evidente que a Oposição critica a assistência à saúde e pede mais recursos, mas quando se discute de onde virão os recursos, evidentemente, todos são contra um acréscimo, seja de quem for, para pagar a conta.

Acho que efetivamente o Governo precisa se debruçar sobre essa questão, e que nós, até dezembro, precisamos encontrar uma solução, venha de onde vier. É evidente que os encargos devem caber a quem mais pode pagar, ou seja, aos segmentos de mais alta renda no País. Mas, se vamos regular a Emenda nº 29, precisamos apontar de onde virão os recursos. Caso contrário, não será possível Municípios e Estados garantirem, na ponta, melhor qualidade da saúde.



Outro aspecto que eu queria abordar — hoje, de manhã, falei com o Secretário do Tesouro a respeito — é o pagamento dos convênios e dos contratos com os Municípios. E também quero parabenizá-la pelo enxugamento. Este é o meu primeiro mandato, e eu tomei um susto quando cheguei aqui, no início deste ano, e vi que há coisas de 2005 e de 2006 ainda sendo processadas, ou obras iniciadas e não pagas. Há um grande atraso nos pagamentos do Governo Federal, principalmente com Municípios, em relação a obras conveniadas e contratadas — atrasos de 6 meses, de 8 meses, de 10 meses. E não há executor na ponta que segure isso. Isso é desgaste para o Prefeito, é desgaste para o comércio local. Quem executou a obra às vezes não paga, empresas quebram. Então, é preciso encurtar o prazo de pagamento, é preciso melhorar esse fluxo, para que não acrescentemos mais dificuldades ainda aos Municípios.

Por último, quero falar sobre a questão do Judiciário. Hoje, pela manhã, em um embate natural da política nesta Casa, que é plural, a Oposição tentou pautar, na CFT, a votação do projeto do reajuste do Judiciário. Representando a bancada do PT, encaminhei pela obstrução. Já estivemos, inclusive, no Ministério do Planejamento. Entendo que devemos ajudar na solução e não priorizar nossa atuação apenas com a demarcação de embates políticos partidários. Os servidores do Judiciário, assim como todos os servidores públicos, merecem atenção e respeito e que essa questão seja tratada de forma adequada.

Portanto, renovo aqui o empenho, inclusive solicitado por outros Parlamentares, para que encontremos uma solução para o reajuste do Judiciário. É evidente, como já disse a eles, e volto a repetir, que os valores pretendidos estão acima da realidade do momento, da conjuntura que vivemos, mas é preciso encontrar um acordo que seja possível, inclusive no tocante ao parcelamento ao longo dos anos, para que possamos o mais breve possível resolver essa questão e o Relator poder incluir a despesa no orçamento do próximo ano, dando compatibilidade orçamentária e financeira ao projeto.

Por último, encerrando, há a questão da Lei Kandir. Aqui, eu serei sempre também um defensor de Estados e Municípios. Há Estados, inclusive o meu, que passam por dificuldades extremas. Se queremos honrar o compromisso com os exportadores, temos de colocar algo no orçamento que corresponda ao que será



feito pelos Estados e Municípios no estímulo à exportação. Então, é preciso prever algo, e o Relator Arlindo Chinaglia, com certeza, terá muita facilidade de montar esse quebra-cabeça de algumas mil peças. Ele está se preparando para tal. Os cabelos brancos que ele já tem serão todos revertidos a preto, brilhante, com esse trabalho que ele irá fazer.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Quero agradecer a contribuição dos amigos, como V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Tenho certeza disso.

Sra. Ministra, durante uma hora e vinte minutos, exatamente, V.Exa. foi inquirida, foram apresentadas sugestões, apelos, perguntas as mais diversas e variadas. Então, V.Exa. tem, da nossa parte, franqueado o tempo necessário para as respostas respectivas aos Srs. Parlamentares.

Com a palavra a Ministra Miriam Belchior.

**A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR** - Obrigada, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero agradecer, de coração, os elogios que vários Deputados fizeram a mim e à minha equipe. Quero também agradecer àqueles que, nas suas próprias falas, já responderam uma parte das questões aqui levantadas, como as relacionadas ao Programa Minha Casa, Minha Vida, entre outras.

São muitas questões, algumas são repetidas. Então, vou tentar passar por todas, mas, por mais rapidamente que o faça, vai demorar um pouquinho. Então, quando surgir um tema comum eu gostaria que todos os Srs. Parlamentares se sentissem respondidos, apesar de ter sido outro Parlamentar que perguntou.

Vou começar com os questionamentos do nobre Deputado Rogério Marinho. A primeira coisa que o nobre Deputado comentou é se não seria mais fácil fazer assim, ter essa alternativa. Quem já passou pelo exercício de fazer um orçamento nos âmbitos municipal, estadual ou nacional, ou quem, numa Comissão como esta, acompanha com cuidado — e eu sei que todos aqui acompanham — a votação do Orçamento, sabe que fazer um Orçamento não é fácil. É muito difícil.

Quanto a alguns outros questionamentos — qual é a prioridade, onde está a prioridade —, eu acho que, na apresentação, tentamos explicitar. Repito, é um exercício difícil. A Deputada Luciana Santos, que foi Prefeita, exercitou essa tarefa durante o seu mandato, sabe que é muito difícil. Temos que fazer escolhas, e nem



sempre são as escolhas que gostaríamos de fazer, exatamente em função das limitações de recursos disponíveis.

E não podemos hoje fazer um raciocínio do que vai acontecer no ano que vem. Vai ou não vai ter contingenciamento, por exemplo. Não dá para sabermos. Se fizermos um levantamento de como isso se deu nos últimos anos, é fácil ver que não há uma correspondência direta entre uma coisa e outra.

Então, acho que essa é uma discussão sobre a qual precisamos esperar. Não temos o Orçamento ainda, não sabemos como sairá desta Casa o Orçamento, para poder antecipar qualquer discussão.

Quanto ao reajuste Judiciário, em primeiro lugar, como eu já havia falado quando respondi ao Relator Arlindo Chinaglia, o Governo tem posição e a expressou no Orçamento enviado a esta Casa. Nossa avaliação é a de que este ano não é o caso. Não estamos entrando no mérito, se é muito ou se é pouco. Mas o que temos pela frente não nos permite avançar nessa direção. Precisamos criar emprego, promover investimentos, e, por isso, estamos neste momento com essa contenção.

O Governo não está lavando as mãos. O Governo tem uma posição, mas, como foi dito pelo Deputado Arlindo Chinaglia, estamos dispostos também a conversar, e eu acho que o Legislativo é o palco essencial para essa discussão.

A outra questão que o Deputado levantou diz respeito ao crescente volume de RAP. Eu acredito, nobre Deputado, que, em algum momento, precisaremos, da mesma maneira que estamos fazendo um aperfeiçoamento do PPA — com boas novidades, eu acredito —, pensar se o Orçamento também não precisa receber inovações.

Hoje pela manhã, junto com a Presidenta, estive num seminário muito importante que o MEC está realizando sobre inovações na área de compras governamentais. Estava lá o Dr. Gerdau, estavam lá equipes da Fundação Getúlio Vargas que estão trabalhando nisso com o Governo Federal, com o MEC, especialmente, E o Presidente da Fundação Getúlio Vargas do Rio me falava: *“Ministra, nós precisamos repensar o Orçamento. Vou mandar para a senhora um paper a respeito”*.

Por que eu estou dizendo isso? Porque nós convivemos, no Orçamento, com ações de caráter anual, *stricto sensu*, e com o ações de caráter plurianual. A maior



parte do aumento do volume de RAP a que, acredito, o senhor se referiu tem a ver exatamente com isso, o fato de que existem obras que são plurianuais. Então, é natural que elas tenham esse tipo de desdobramento. Também tem o custeio, mas, se formos ver, a maior parte é de investimento.

E aqui eu queria aproveitar a pergunta que o senhor fez para dizer que, em relação ao PAC, tem uma diferença. Como não há nenhum tipo de limitação aos desembolsos relativos ao PAC, temos condição de, no máximo, a medição de dezembro ser paga em janeiro; na pior das hipóteses, em fevereiro.

Então, na verdade, o que está sendo pago como RAP são execuções feitas efetivamente durante este ano. Se não me engano, pelas minhas anotações — posso estar enganada —, o senhor citou o veto em relação ao redutor previsto na LDO. Para todos os vetos, a Presidenta apresentou suas justificativas, e neste, em especial, nos preocupava exatamente as emendas parlamentares. Não acreditávamos que isso tivesse vindo do Parlamento, porque, ao indução de redução, que achamos que pode ser positiva, poderíamos estar prejudicando as emendas parlamentares. Por que os Parlamentares estariam prejudicando suas próprias emendas? Então, pelo menos a mim, surpreendeu esse tipo de emenda. Essa é uma das razões.

Segundo, o senhor comentou o crescimento dos pagamentos aos agentes financeiros. Dois terços dessa alocação, nobre Deputado, são passivos, que não estavam como Restos a Pagar. Um terço é do ano. O que estamos tentando é pagar os passivos que tínhamos com a Caixa e outras instituições financeiras. Por isso, é que há isso. Um terço é do ano e dois terços são passivos, é uma tentativa de equacionar o problema.

Outra pergunta do senhor referiu-se à previsão do PIB de 5% e de inflação de 4,8%. Acreditamos que essa previsão de crescimento está em linha com o PIB potencial do País. Quero lembrar, já usei esse exemplo no dia 31 com jornalistas e queria referi-lo aqui também, que em 2009, quando mandamos o Orçamento para o Congresso, prevíamos uma taxa de 4,5% de crescimento — o mercado naquele momento apontava 3,6%. E todos sabemos que em 2010 o PIB cresceu 7,5%.

Então, precisamos trabalhar melhor isso, e a nossa grade reflete a visão que temos do próximo período. É essa a aposta que o Governo está fazendo.



Nossas escolhas de realizar investimentos, de gerar emprego, de Brasil Maior é exatamente para o País continuar crescendo no patamar de 5%. A mesma coisa se refere à inflação. Achamos que os preços dos alimentos estão começando a cair, os de *commodities* já caíram. Isso deve levar ao patamar proposto.

Quero advertir que, de qualquer maneira, não sabemos como a situação internacional, especialmente, vai evoluir. Lembro que em novembro, é regimental, o Governo pode mandar uma nova grade de parâmetros para dar conta de eventuais oscilações.

Em relação ao PPA, o senhor questionou, primeiro, se é ou não constitucional? Sem dúvida, é constitucional. Quando começamos a discutir essas modificações, o nosso primeiro questionamento foi avaliar esse aspecto. E aí lembro que a Constituição diz que precisa estar no PPA diretrizes, objetivos e metas. Isso está na nova proposta. Não teria sentido fazer alguma proposta em desacordo com a Constituição.

A segunda questão que o senhor colocou é de não ter nada a ver com o Orçamento. É o contrário. Através dos programas, eu faço o *link* com o Orçamento, respeitando a Constituição. O plano deve orientar o orçamento e o orçamento ser o detalhamento anual do plano. Então, isso está absolutamente em linha com a norma constitucional.

O senhor colocou também a questão da transparência, a questão do acesso aos sistemas e das avaliações e revisões.

Em relação ao SIGPLAN, que acompanha o PPA, as senhas sempre estiveram disponíveis ao Congresso e a órgãos de controle. É o que a minha equipe está me informando. Os relatórios de avaliação são anuais. E eu pus hoje no SIDOF o relatório do último ano do plano.

Em relação ao SIEST, estamos terminando de fazer alguns ajustes, porque nem nós mesmos estamos satisfeitos com eles.

Na discussão que fizemos com a sociedade civil, nós nos comprometemos a , em outubro, na segunda quinzena, se eu não me engano, 13 de outubro, retomarmos aquele fórum de conselhos que debater o PPA exatamente para discutir a transparência: como vamos fazer o acompanhamento e o monitoramento, como será a distribuição de senhas e tudo o mais.



Parece-me que, com isso, daremos o passo que o senhor avalia ser necessário para o próximo momento.

As avaliações, como eu já referi, são anuais, e as revisões são feitas quando necessário, como o próprio nome diz. Se for necessário anualmente, serão feitas anualmente.

Com isso, acredito que encerrei as suas questões e passo para as do nobre Deputado Cláudio Cajado, do DEM.

A primeira diz respeito aos vetos da LDO. Primeiro, como o próprio Deputado citou, veto é parte do sistema democrático, é um direito da Presidenta vetar. Lembro que a maior parte dos acréscimos que o Congresso fez não foram vetados. E o que foi vetado está mais ou menos no mesmo patamar dos outros anos. Então, não há nada de espetacular para que houvesse estranheza. Está mais ou menos no mesmo patamar dos anos anteriores. E todas as justificativas foram apresentadas pela Presidenta quando esses vetos foram apostos.

O Deputado Claudio Cajado apresenta algumas observações a respeito se há ou não controle fiscal pelo Governo, que haveria uma flexibilização do controle fiscal. Eu não sei em que o nobre Deputado se baseia. Se formos comparar os últimos 8 anos, agora 9 anos, com os anteriores em termos do que se faz de superávit primário, acho que não é preciso discutir o assunto. O Governo tem se comprometido e entregue todos os seus compromissos, tanto no que se refere à redução de desigualdade, como no que se refere ao rigor fiscal. Então, não me parece que essa seja uma questão que possa ser cobrada deste Governo.

Quanto à contratação de 137 mil servidores *versus* reajuste, quero lembrar que 137 mil correspondem a criação de cargos. O que está previsto contratar no ano que vem são 55 mil, exatamente para áreas prioritárias — como lembrou bem o Deputado Gilmar Machado —, para a ampliação das universidades e das escolas técnicas por este País todo, fundamentais para o nosso desenvolvimento, para reposição de quadros, ampliação das agências do INSS, e assim por diante. Há vários jornais fazendo matérias a respeito do grande número de servidores que estão se aposentando. É necessário, então, repor o quadro de servidores. E é um número bastante razoável o que foi estabelecido no Orçamento do próximo ano. Portanto, não há nenhuma incoerência entre contratação e não reajuste.





Ele perguntou também sobre a DRU. São 62,5 bilhões de reais de despesas que estão alocadas de maneira condicionada à aprovação da DRU. Parte das emendas é 10% desse total. Há outros 56 bilhões nas diversas áreas que estão condicionadas, mas eu acredito que haverá a possibilidade da aprovação pelo Congresso.

Em relação ao PPA, o Deputado disse que os valores não estão especificados. Há valores para o PPA partir da grade de parâmetros previstos daqui até 2015. Todos os programas têm valores, todas as iniciativas têm valores. Talvez seja o caso de aprofundarmos a discussão na tramitação do projeto do PPA para esclarecer melhor essa questão.

Já falei da questão do afrouxamento de metas, da falta de compromisso e rigor fiscal e do reajuste do Poder Judiciário.

Lei Kandir. Sei que a Lei Kandir só não é mais candente, provavelmente, que a regulamentação Emenda Constitucional 29 e os *royalties* do pré-sal. Acho que essa é a ordem de importância do debate nesta Casa. O entendimento do Governo é que desde 2008 não é obrigatório colocar recursos para a Lei Kandir no Orçamento anual. Mas temos de respeitar todas as observações que foram feitas aqui por Deputados dos diversos partidos, do Governo e da Oposição, porque essa é uma questão importante para os Estados. Mas é importante também dizer que a receita de todos os Estados e de todos os Municípios cresceu em relação ao momento inicial. Então, se compensa ou não compensa é uma discussão que não vale a pena estender aqui. Mas acredito, assim como os demais, que o nobre Relator poderá ver como equacionar essa questão.

Deputado Darcísio Perondi, saúde. Aí, já abarco todos os Parlamentares que se referiram ao tema. Em primeiro lugar, alguns perguntaram qual é a minha opinião. Acho que, em relação à saúde, há problema de gestão e problema da fonte de recurso. Não consigo separar uma coisa da outra. Precisamos enfrentar o problema da gestão. É possível fazer mais com os recursos hoje disponíveis. É possível fazer tudo? A Presidenta já falou sobre tudo sobre isso, como o Deputado colocou, para 40 milhões, para 50 milhões de brasileiros no último domingo. Realmente, essa é uma questão que precisamos enfrentar — não lembro se ela falou, acho que sim. Ainda mais com a nova classe média, que, como vimos no nosso cenário de PPA,



só vai crescer, porque se vai reduzir ainda mais a desigualdade neste País. Isso colocará uma tensão ainda maior por serviços de saúde de melhor qualidade. E essa é uma questão que nos une a todos.

Precisamos enfrentar outra questão: nos termos em que a Emenda Constitucional 29 está aqui, ela é suficiente ou não para dar conta da melhoria necessária, junto com os problemas de gestão? Não tenho todos os detalhes. Alguns aqui me perguntaram de quanto seria a arrecadação da CSS. Não tenho esses detalhes. Eu poderia ter trazido, mas não me dei conta de que poderia ter que entrar nesse tipo de detalhamento. Mas acho que essa é uma discussão que está colocada hoje para a sociedade. Essa é uma grande vantagem desses últimos 2 ou 3 meses. Isso entrou na pauta da sociedade, e precisamos prosseguir essa discussão. Não podemos deixar de reconhecer que a sociedade tem uma resistência enorme à instituição de uma nova fonte de recurso. Como equilibrar isso é uma tarefa de todos nós que estamos preocupados com essa questão.

O Deputado Darcísio Perondi também me perguntou se teria sido reduzido o valor do Turismo. Primeiro, vou repetir a história: alocar é muito difícil, fazer essas escolhas não é fácil. Há uma situação que não conseguimos separar em 2011: o que é fruto de emenda parlamentar? No Turismo, a emenda não é individual; ela agrega uma dotação tradicional do Ministério. Então, na verdade, o número do Turismo — em parte o da Agricultura também — reflete um número grande de emendas feitas nesses Ministérios. Por causa disso, fazer essa comparação não é o melhor jeito, porque não se tem como separar o que é emenda do que não é.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - Quase dois terços do Turismo são de emendas. E 50% na Agricultura. Desculpe, Ministra.

**A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR** - Pois é. Parece que se está reduzindo. Mas acho que aí não há... Se compararmos com o PLOA, talvez fique mais claro que os recursos não tiveram essa queda que parecem ter tido.

Em relação ao Minha Casa, Minha Vida, o Deputado que o sucedeu já até respondeu. A maior parte do recurso de 127 bilhões de reais vai para 1,2 milhão de unidades destinadas a renda de até 1.600 reais. Não é até 10 salários mínimos; é até 1.600 reais.



**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Quanto foi assegurado, ano passado, a essa parte de 1.600?

**A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR** - De 1 milhão contratados do Minha Casa, Minha Vida I, mais ou menos 440 mil são de até 1.600. O Minha Casa, Minha Vida II corresponde a 60% do total de 2 milhões, Deputado. Nesse caso...

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Os Prefeitos estão fugindo disso.

**A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR** - Não é o que acontece lá no meu Ministério. Eles vão lá bater na minha porta, porque querem nos seus Municípios mais unidades do que estão recebendo.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** – Isso é uma inflação no mercado!

**O SR. DEPUTADO RONALDO ZULKE** - Ministra, o programa é tão bom que inflacionou o mercado!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo) - Não vamos interromper, para que a gente consiga...

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - São 18 bilhões para subsídio de gente morrendo. Temos que discutir isso nesta Casa. Mas continue, Ministra.

**A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR** - Está bem. Há muita gente morrendo e gastando mais na saúde porque mora muito mal, em beira de córrego, sem saneamento, sem água. Temos que levar... Porque isso reduz os gastos de saúde, melhora nossos indicadores sociais. E quem tem casa sabe a diferença que faz ter uma casa para morar. É o sonho de qualquer pessoa. É o primeiro sonho de qualquer pessoa.

Há outras questões que o senhor me colocou. A primeira delas é a questão da emissão de títulos.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - A força empresária.

**A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR** - Sinto, mas não concordo com o senhor: porque, se não houver crédito, não há investimento; e, se não houver investimento, o País não cresce, o País não tem emprego, o País não tem receita para fazer saúde. Isso é só para tentar fazer uma parte do ciclo. É fundamental o País ter... Os empresários não têm capital para, sozinhos, fazerem os investimentos. É necessário o crédito. Esse é um dos grandes avanços do País nos últimos anos.



Sobre a questão de estar ou não no Orçamento, temos duas razões para ter feito o veto à LDO. A primeira é de que orçamento é fluxo de receita e despesa, e não de patrimônio. Essa é a primeira questão. Além disso, precisamos nos preocupar, porque se você antecipa as emissões, você dá uma informação muito complicada para os agentes econômicos. Você perde seu poder de regulação. Então, é muito complicado isso estar no Orçamento e, depois, se ter que fazer essa alteração todos os anos.

As reservas cambiais são daquelas questões muito polêmicas. Há gente que vai achar que talvez tenhamos muito, como o senhor. Mas quero lembrar que foi isso o que nos segurou, e muito bem, em 2009. Então, saber direito qual é o melhor ponto é uma discussão. Quem está conduzindo a política monetária vai trabalhar, certamente, com segurança. O que estamos vendo na Europa hoje nos preocupa muito. Então eu diria que esses 350 bilhões nos deixam mais confortáveis para enfrentar isso.

E, segundo, a questão da dívida pública tem caído, tem tido uma trajetória constante de queda. Pode não ser aquela de que gostaríamos. Mas esse recente sinal do Banco Central vai ajudar que esse movimento se acelere ainda mais, e que esses recursos possam ser redistribuídos para outras ações importantes.

A questão do Deputado Edmar Arruda, do PSC, era basicamente sobre a saúde. Então, acho que já respondi.

A questão do Deputado Gilmar Machado é sobre a receita, e houve mais um Parlamentar que se referiu a isso. Sobre essa questão de quem acerta mais a receita, até pedi para levantar como é isso. E o que me trouxeram aqui é que, até 2008, mais ou menos, o Congresso estava acertando mais, e que agora está mais para o Governo esse acerto. Mas eu acho que isso aqui não é uma aposta sobre quem acerta mais; é, de fato, de como a gente aloca da melhor maneira possível os recursos disponíveis, está certo?

Sobre a questão do Judiciário já falei.

A questão da FASUBRA.

Eu só lamento que eles tenham saído da mesa de negociação. Nós fizemos vários movimentos com eles, para eles saírem da greve e voltarem para a mesa, para aproveitar a janela até 31 de agosto. Lamentavelmente, pela conjuntura interna



sindical, isso não foi possível. E eu lamento, porque gostaria de ter chegado a algum tipo de acordo com a FASUBRA.

Deputado José Priante, sobre a questão da receita, a questão das emendas... Evidentemente, emenda é um assunto eminentemente do Congresso. O Governo não interferirá nessa questão. Certamente, o Deputado Arlindo Chinaglia vai apresentar as suas regras do jogo para apresentação de emendas. Essa é uma questão que acho que está nas mãos dele encaminhar.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Este é o compromisso.

**A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR** - Não vou me manifestar, apesar de ter vontade! (*Risos.*)

A questão das emendas. Prefeituras pequenas, aumento do salário mínimo... A emenda é importante, eu também acho isso. É por isso que nós estamos finalizando... Hoje, nós tivemos, na hora do almoço, uma reunião de todos os Ministros, finalizando a nova Portaria nº 127, que vai simplificar muito a execução, especialmente com a Caixa, quanto àquilo de todo mês ir verificar se a obra está sendo feita. Ela vai três vezes, porque essas obras são muito pequenas. Não há sentido isso. Então nós vamos fazer desembolsos, vamos dar *tranche* à frente, e a Caixa acompanha três vezes aquele convênio. Então, isso vai dar, nós acreditamos, uma agilidade, afora uma série de outras simplificações. Mas essa eu acho que é a mais importante de todas.

**O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA** - É uma boa notícia aqui.

**A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR** - Nós acreditamos. Esse foi um compromisso da Presidenta com a Marcha dos Prefeitos. Nós tínhamos uma dificuldade jurídica, e conseguimos contorná-la. Então eu acredito que ela vá para a rua, espero, muito rapidamente. Dentro deste mês de setembro, tem condições de já estar na rua. E acredito que vai fazer... Pelo menos, essa é a nossa aposta, e, principalmente, essa é a aposta da Caixa, que fica absolutamente sufocada com a atual forma de funcionamento.

**O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO** - Ministra, já existe o critério disso aí? Já existe o critério, nessas pequenas cidades? Qual é o critério para isso?

**A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR** - Nós estamos estabelecendo um limite. Eu não sei se... Como eu tive que vir para cá, eu saí um pouco antes do final



da reunião. Mas nós estamos estabelecendo que, até um determinado montante, o convênio pode ser feito dessa maneira simplificada. Mas é um montante bastante razoável. Então eu acredito que nós vamos ter uma simplificação bastante grande. Só não queria me antecipar porque eu não sei se houve algum ajuste no final da reunião.

E a outra questão que o senhor coloca, Deputado Priante, se refere à questão da área de minérios. Essa é uma prioridade absoluta da Presidenta. Nós já fizemos três ou quatro reuniões grandes com ela — afora as milhares que nós fazemos antes de fazer com ela. E essa é uma coisa que, eu acredito, na volta dela agora dessa viagem à ONU, vai ser a bola da vez. Ela também acha que é absolutamente injusta a forma como isso é resolvido hoje no País.

O Ministério de Minas e Energia fez um comparativo com outros países, como Austrália e Canadá, que têm uma tradição muito grande de extração mineral. Dá para chamar de um descalabro a forma como isso é feito no Brasil. Há um potencial enorme, especialmente... E aqui também há uma lógica de simplificar para aquilo que agrega pouco valor — cal, areia, etc. — e agregar cada vez mais valor e mercado para os minerais mais nobres. Então eu acredito que todos os Estados que o senhor citou, que têm uma grande participação em minérios, em extração de minérios, vão ficar muito satisfeitos com a proposta que deverá vir para a aprovação do Congresso.

Deputada Luciana Santos. Primeiro, sobre a questão dos recursos a que a senhora se refere, em relação à SEPPIR e à Secretaria de Política para as Mulheres.

A primeira coisa que eu quero dizer é que os recursos para gênero e igualdade racial não estão apenas nessas duas Secretarias. Pelo contrário, a maior parte deles está fora, está nos outros Ministérios. Portanto, esse não é o melhor jeito de comparar.

Segundo, o Brasil Sem Miséria vai pegar exatamente esse público, porque, quando a gente faz a fotografia de onde está a maior pobreza, é exatamente entre os negros, exatamente entre as mulheres, chefes de família pobre. Então, acho que a gente precisa fazer... Acho que esse é um debate interessante de fazer com essas entidades, de ver essa locação.



E quero dizer que, quando a gente começou a discutir o PPA, as duas Secretarias, mais a de Direitos Humanos, queriam fazer uma discussão conosco de como se iria garantir transversalidade, e tal e tal. Eu demorei um pouquinho, porque estava fazendo outras coisas muito importantes para a Presidenta. Pedi para elas 15 dias, para fazer a reunião.

Enquanto isso, aconteceu a reunião com a SPI. E elas me ligaram: *“Miriam, esquece a reunião. O PPA é maravilhoso para identificar as transversalidades, está obrigando os Ministérios-fins a explicitarem suas políticas para os vários temas.”*

Então, foram muito interessantes as oficinas que foram feitas com os Ministérios, mais as Secretarias correspondentes, para se discutir a política para os próximos 4 anos.

E gostaria de dizer que pedi para levantar aqui os recursos para as Secretarias aí, estritamente: estão no mesmo patamar de 2011 — não comparando com a LOA, mas com os recursos disponibilizados este ano. Então, também isso não procede. Só para a gente fazer... Mas estamos lá à disposição para conversar sobre este tema.

A última questão que a senhora me colocou foi em relação à taxa de investimento, especialmente nas estatais. Na verdade, a redução do orçamento de investimento nas estatais se deve, fundamentalmente, à redução da PETROBRAS no exterior. Se a senhora for olhar o que seria a pág. 58 (não está numerado), a PETROBRAS, em 2011, prevê investir 12,6%, e, no próximo ano, 9%. Aqui no Brasil ela está mantendo o seu patamar de investimento.

Quer dizer, quanto à nossa preocupação quanto aos investimentos no País, a gente está mantendo o mesmo patamar deste ano.

Deputado Vaz de Lima: à saúde, já me referi aqui, à Lei Kandir, também. A questão...

**O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA** - Excelência, só para eu poder entender.

**A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA** - A senhora disse que o Governo tem um entendimento de que a questão da Lei Kandir se esgotou em 2008, se eu entendi corretamente.

**A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR** - Sim.



**O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA - OK.**

**A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR -** A obrigatoriedade, sim.

**O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA -** Sim, sim. Entendi corretamente.

**A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR -** É por isso que a gente não coloca no Orçamento. Porque, se fosse obrigatório, nós teríamos que colocar.

**O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA -** Quer dizer, então, que o entendimento de vocês é de que o artigo da Disposição Transitória não vale?

**A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR -** O nosso entendimento é de que desde 2008 não é necessário.

**O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA -** Está bom.

**(Não identificado) -** Por isso é que é transitório.

**A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR -** Mas não é obrigatório.

**O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA -** Não é isso. Lá tem a obrigatoriedade de fazer o fundo, o que não foi feito. Essa discussão a gente faz depois.

**A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR -** Está bem.

A última questão que o senhor me colocou é em relação à necessidade de recursos para a infraestrutura logística.

Eu acho que... Eu acredito muito fortemente que a iniciativa do Presidente Lula, em 2007, reforçada pela Presidenta Dilma agora, de garantir recursos para a infraestrutura, através do PAC, e que esses recursos não são contingenciáveis, mostra exatamente essa mesma visão que o senhor apresenta, da necessidade de ampliação de recursos para a área de infraestrutura.

A gente sabe que o País há muitos anos não fazia tanto investimento em infraestrutura como tem feito nos últimos anos. Talvez não tanto quanto seria necessário, como também para a saúde e outras áreas, mas é uma ampliação brutal.

Só para lembrar: transportes, em 2003, eram 700 milhões de reais; ano passado, foi dez vezes mais. Então, acho que isso já dá uma dimensão dessa evolução.

Eu não trouxe aqui, mas nós temos a evolução do investimento em infraestrutura, feito pela ABDIB — Associação Brasileira da Infraestrutura e





Indústrias de Base, que mostra essa evolução tanto do público quanto do privado, que eu acho que é o caminho em que o País precisa continuar trilhando.

Deputado Marçal, na verdade, não há uma involução. Talvez também precisemos aprofundar aqui a questão do PPA, porque para todos os programas há indicadores de efetividade, na direção que o senhor apontou aqui. Então, acho que é uma questão sobre a qual podemos conversar, porque existem, sim, esses indicadores no PPA enviado aqui ao Congresso.

Segundo, a questão dos aposentados. Eles não ficarão de fora — os que ganham mais que o salário mínimo. Eles terão o INPC, que não é pequeno, que muitas outras categorias não têm. Então, está assegurado o poder de compra dos aposentados, com o INPC, como determina a lei, e isso está incorporado integralmente no Orçamento enviado pelo Executivo. O nobre Deputado Arlindo Chinaglia não precisará se preocupar com essa questão.

Por fim, mas não menos importante, do nosso Deputado Rui Costa, da Bahia. Sobre saúde, Judiciário, Lei Kandir já tratei. Então, é só a questão do pagamento de RAP.

Quero lembrar que até agosto foram desembolsados, só reforçando o que o senhor também colocou, 1,3 bilhão de reais; e isso deverá chegar a 1 bilhão e 700 milhões nesse mês agora de setembro.

Com isso, acho, acredito, consegui repassar todas as questões.

Gostaria, mais uma vez, de agradecer ao Presidente da Comissão, sempre muito gentil, hospitaleiro comigo; ao nosso Relator, Arlindo Chinaglia; a todos os Parlamentares que me honraram com a presença e com suas perguntas. E quero dizer que eu acredito que nós estamos começando. Do mesmo jeito de quando eu vim aqui para a LDO — nós estávamos começando um trabalho, que culminou na aprovação da LDO —, também no Orçamento e no PPA é a mesma coisa.

Há uma disposição total do Ministério do Planejamento para um trabalho conjunto, no que o Congresso considerar que seja necessária a nossa participação. Nossas equipes técnicas estão à disposição, e quando os senhores julgarem necessário eu também poderei estar aqui conversando sobre os assuntos que forem importantes de ser discutidos.

Então, quero agradecer e me despedir dos senhores. (*Palmas.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo) - Ministra, cada um de nós, a seu tempo, a seu modo, cumpriu o seu papel, mas os aplausos à sua exposição são mais do que a evidência, primeiro, que V.Exa. trouxe para cá dois projetos com consistência, tanto o PLOA quanto o PPA; depois, que V.Exa. não deixou nenhum dos Parlamentares sem uma resposta específica.

A atenção de V.Exa. a este Congresso Nacional, aqui reunido, merece destaque.

A bola está conosco e nós haveremos de fazer o melhor do nosso papel.

Convido os senhores: todas as quartas-feiras nós vamos estar aqui com um dos Ministros do Governo expondo a sua proposta orçamentária, a proposta orçamentária do seu Ministério. Vamos ter reuniões, sempre de caráter extraordinário, convidando um Ministro, um ou mais de um, para expor as suas demandas aqui, com o nosso Relator-Geral, que, pelo que eu estou vendo, vai resolver todos os problemas.

Tenham todos uma boa tarde. Fiquem com Deus. Obrigado.